

**WAINER GUIMARÃES**

**SENTIDO, ATOS DE FALA E O CONTEXTO  
SOCIOCULTURAL EM DIFERENTES TEXTOS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:  
TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DA CULTURA**

Agosto de 2016

**WAINER GUIMARÃES**

**SENTIDO, ATOS DE FALA E O CONTEXTO  
SOCIOCULTURAL EM DIFERENTES TEXTOS**

*Dissertação apresentada ao Programa de  
Mestrado em Letras da Universidade Federal de  
São João del-Rei, como requisito parcial para a  
obtenção do título de Mestre em Letras.*

*Área de Concentração:  
Teoria Literária e Crítica da Cultura*

*Linha de Pesquisa:  
Discurso e Representação Social*

*Orientador: Antônio Luiz Assunção*

**PROGRAMA DE MESTRADO EM LETRAS:  
TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DA CULTURA**

**Agosto de 2016**

**Wainer Guimarães**

**SENTIDO, ATOS DE FALA E O CONTEXTO SOCIOCULTURAL EM  
DIFERENTES TEXTOS**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Antônio Luiz Assunção – UFSJ (Orientador)**

---

**Carla Leila Oliveira Campos – IPTAN (titular externo)**

---

**Nádia Dolores Fernandes Biavati – UFSJ (titular)**

---

**Prof. Dr. Anderson Bastos Martins**  
**Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras**

**Agosto de 2016**

**PARA ALINE & RAFAEL**

## **AGRADECIMENTOS**

Neste espaço, quero expressar minha gratidão àquelas pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho. Dentre as quais, destaco o Prof. Antônio L. Assunção pela orientação, apoio e confiança. A Prof<sup>a</sup>. Luciani Dalmaschio pela oportunidade e auxílio indispensáveis para realização do meu estágio à docência. Aos professores do PROMEL, em especial, Edmundo, Cláudio, Dylia e Barbara. Aos amigos Daniel Mariano e David Nascimento pelo incentivo durante a confecção do projeto de mestrado.

À UFSJ, pela oportunidade e pelos amigos. À CAPES, pela bolsa que permitiu a realização do mestrado.

Ao meu filho Rafael, à minha esposa Aline pelo apoio e, principalmente, pela paciência, aos quais dedico este trabalho.

## RESUMO

Este trabalho, de cunho teórico, busca analisar criticamente a relação entre a teoria searleana dos atos de fala e a compreensão pragmática conversacional desenvolvida por van Dijk. Para tanto, serão explicitados os conceitos de *frame* e de processamento de informações e suas aplicações em uma interação comunicativa. Juntamente com a apresentação teórica serão considerados cinco textos, colhidos aleatoriamente, para ilustrar uma possível prática de análise, primeiro sob a perspectiva da teoria dos atos de fala e em seguida será feita uma análise pragmática contextual segundo o aporte teórico vandijkiano. Em um momento seguinte, serão avaliadas criticamente as duas teorias com o intuito de mostrar alguns possíveis problemas com os conceitos trabalhados por van Dijk. Esta pesquisa se fundamenta nos trabalhos de van Dijk (1980, 1990, 1992, 1992a), Austin (1962) e Searle (2002, 2002a, 2009).

Palavras-chave: Searle; *frame*; contexto; análise pragmática; van Dijk.

## **ABSTRACT**

This work, of theoretical nature, seeks to critically analyze the relationship between Searle's theory of speech acts and conversational pragmatic understanding developed by van Dijk. Therefore, the frame of concepts and information processing will be explained and their applications in a communicative interaction. Along with the theoretical presentation will be considered five texts, picked at random to illustrate a possible practical analysis first from the perspective of the theory of speech acts and then will be a contextual pragmatic analysis according to van Dijk's theoretical framework. In a next moment will be critically evaluated the two theories in order to show some potential problems with the concepts developed by van Dijk. This research is based on the works of van Dijk (1980, 1990, 1992, 1992a), Austin (1962) and Searle (2002, 2002a, 2009).

**Keywords:** Searle; frame; context; pragmatic analysis; van Dijk.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO I - CONCEITOS PARA UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA CONTEXTUAL DO ATO DE FALA</b> .....	13
1- Algumas palavras iniciais .....	13
2- Algumas palavras sobre a teoria dos atos de fala .....	14
3- van Dijk.....	16
4- Notas sobre pragmática e contexto.....	16
4.1- Pragmática/pragmatismo.....	16
4.2- Contexto.....	17
5- Contextos como modelos mentais.....	19
6- A noção de <i>frames</i> .....	20
7- <i>Frames</i> como blocos de conhecimento.....	24
<b>CAPÍTULO II - ANÁLISE DE ATOS DE FALA, SOB A PERSPECTIVA DE JOHN SEARLE</b> .....	26
1-Atos de fala.....	26
2- Ato ilocucionário.....	27
3- Finalidade ilocucionária.....	27
4- Direção de ajuste.....	28
5- Condições de sinceridade.....	29
6- Taxonomia de Searle.....	29
7- Atos de fala indiretos.....	31
8- Alguns exemplos de análises.....	33



<b>CAPÍTULO III - ANÁLISE PRAGMÁTICA CONTEXTUAL, SOB A ÓPTICA DE VAN DIJK.....</b>	<b>44</b>
1- A análise de contexto, segundo van Dijk: abordagem pragmática.....	44
2- Condições pragmáticas.....	46
3- Força ilocucionária.....	47
4- <i>Frames</i> .....	48
5- Análise de contexto.....	49
6- Exemplo de análise de van Dijk.....	52
7- Macrorregras e macroatos de fala.....	55
8- Outros exemplos.....	58
<b>CAPÍTULO IV – SEARLE E AS CRÍTICAS AO COGNITIVISMO.....</b>	<b>69</b>
1- Sobre <i>frames</i> e atos de fala.....	69
2- Sobre as críticas searleanas ao cognitivismo.....	70
3- Os <i>frames</i> como estruturas.....	74
4- Sobre o capítulo III.....	77
5- Sobre o capítulo II.....	81
6- Sobre atos de fala indiretos.....	83
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>89</b>

## INTRODUÇÃO

Uma reflexão, que tenha o “sentido” como tema, a que se pretenda bastante ampla precisa considerar o enunciado em suas relações com o contexto. Diz-nos Maingueneau (2004) que, contemporaneamente, “a própria idéia de um enunciado que possua um sentido fixo fora de um contexto torna-se insustentável” (MAINGUENEAU, 2004, p.20), a frase foi citada para ilustrar a importância dada ao assunto, também, nos ajuda estabelecer o caminho que será percorrido. Em consonância com a contemporaneidade, tendo o sentido em vista, focaremos nossos estudos nos aspectos pragmáticos do contexto, isto é, nos possíveis atos de fala derivados de contextos determinados.

Falar é mais que produzir sons, é produzir sentido. Falando, produzimos discursos que deixam aparecer a influência de outros discursos. Atribuimos a eles valores culturais, também, percebemos a importância do contexto e do estilo da fala para o resultado discursivo. Sabemos, intuitivamente, que o ato de fala, em suas várias formas, isto é, não apenas a fala propriamente dita, mas podemos considerar também os gestos, os símbolos, entre outros, como a base ou o núcleo do discurso. Podemos argumentar que o ato de fala é o ponto de partida para uma análise pragmática do discurso. Então, de início, analisar o discurso midiático, verificando o grau de influência que esse exerce sobre as pessoas (consumidores, leitores, por exemplo), como resultado de um ato de fala específico, era o objetivo principal dessa pesquisa. No entanto, ao examinarmos a produção do ato de fala e sua relação com o contexto inicial, nos trabalhos de van Dijk (1980, 90, 92, 92a, 96, 2008), percebemos algumas dificuldades quanto à relação entre, de um lado, o conceito de contexto e, por outro, os possíveis atos de fala que podem ser produzidos num determinado contexto. Decidimos, então, deslocar o centro de atenção da pesquisa para o próprio ato de fala, enquanto produtor de discurso.

As análises, apoiadas nas teorias de cunho pragmático, propostas por Austin, Searle, Grice, Ducrot, e mesmo Bakhtin, em sua maioria, consideram as relações existentes entre ato de fala e semântica no interior dos processos comunicativos. Esses trabalhos contribuem não só para o desenvolvimento e a discussão das teorias, como também atentam para o papel dos interlocutores nas interações sociais e linguísticas.

Notadamente, em *A crítica da razão cognitiva*, texto publicado como capítulo 9 do livro *A redescoberta da mente* (2006), Searle questiona os conceitos importados pelos

cognitivistas, como van Dijk, por exemplo, mas também os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores da Inteligência Artificial (IA). As críticas searleanas voltam-se fortemente contra a perspectiva da ciência cognitiva, quando, em seu domínio, se postula “que o cérebro é um computador digital” (SEARLE, 2006, p. 322). Para Searle,

a questão não é que a afirmação: “O cérebro é um computador digital” seja simplesmente falsa. Mais exatamente, ela não se eleva ao nível de falsidade. Não tem um sentido nítido. A pergunta: “O cérebro é um computador digital?” está mal definida. Se se pergunta: “Podemos atribuir uma interpretação computacional ao cérebro?”, a resposta é trivialmente sim, porque podemos atribuir uma interpretação computacional a qualquer coisa. Se se pergunta: “Processos cerebrais são intrinsecamente computacionais?”, a resposta é trivialmente não, porque nada é intrinsecamente computacional, exceto, naturalmente, agentes conscientes intencionalmente efetuando computações. (SEARLE, 2006, p. 322)

Essa resposta se refere ao cognitivismo de forma geral, mas mesmo outros conceitos específicos são de certa forma, abarcados pelas críticas como, por exemplo, o conceito de processamento de informações. Searle observa que o “[...] cérebro, no que diz respeito a suas operações intrínsecas, não realiza nenhum processamento de informações” (SEARLE, 2006, p. 323). Segundo nossas leituras dos textos searleanos, essas críticas voltadas contra a ciência cognitiva não entram nos detalhes de aplicação de conceitos como “processamento de informações” ou “*frames*”, por exemplo. Isso nos permite analisar pragmaticamente o conceito de “*frame*” conforme adotado em van Dijk (1992). A partir das críticas formuladas por Searle ao cognitivismo, consideramos, hipoteticamente, que o *frame*, na abordagem vandijkiana, não é suficiente para explicar a aparição dos atos de fala em um contexto determinado. Nosso objetivo geral, portanto, é o de verificar a validade dessa hipótese. Em outras palavras, a partir da afirmação de van Dijk (VAN DIJK, 1992, p.80) de que os *frames* determinam as condições necessárias para a adequação dos atos de fala, inspirou-nos a perguntar se a noção de *frames* é suficiente para explicar o surgimento e a previsão de atos de fala em contextos determinados.

Como metodologia, destacamos que se trata de uma pesquisa predominantemente teórica, dividida em quatro capítulos, nos quais, é desenvolvida uma relação de convergências e divergências entre a Teoria dos Atos de Fala searleana e os trabalhos de van Dijk voltados para a análise pragmática de contexto, cujo núcleo é o conceito de *frame*. Para o desenvolvimento deste trabalho, apresentamos, no capítulo primeiro, alguns conceitos que acreditamos ser de grande importância para a discussão que propomos. Fizemos inicialmente

uma breve exposição da teoria dos atos de fala sob a perspectiva de Austin (1962) e Searle (2002, 2002a, 2009). Em seguida, tratamos dos conceitos referentes à análise pragmática contextual vandijkiana, entre os quais, contexto e *frames*. Concentramos nossa atenção nos *frames* para examinar se esses conceitos, aqueles de *frame* e contexto, são suficientes ou não para explicar a produção dos atos de fala em contextos determinados.

No segundo capítulo, retomamos essa questão considerando a análise dos atos de fala, conforme postulado pelas teorias austiniana e searleana. Apresentamos uma síntese da teoria dos atos de fala ressaltando os conceitos relevantes, tais como “atos de fala”, “força ilocucionária”, “finalidade ilocucionária”, “direção de ajuste” e “condições de sinceridade”. Como ilustração, tomaremos cinco textos, mais especificamente, um texto/piada, uma tirinha, uma manchete de jornal, um texto jurídico e um ato de fala de um político, materializado em uma sentença publicada em jornal. Analisaremos esses textos sob a perspectiva da teoria dos atos de fala. Também, veremos no segundo capítulo que a leitura de Searle permite-nos alcançar os primeiros degraus rumo ao nosso objetivo principal que é estabelecer uma relação crítica entre a teoria dos atos de fala e a proposta de análise pragmática contextual vandijkiana, notadamente no que se refere ao uso do conceito de *frame*.

No terceiro capítulo, discutimos uma proposta de análise pragmática do discurso segundo van Dijk, retomando alguns dos conceitos que trabalhamos no primeiro capítulo. Os cinco textos analisados sob a perspectiva dos atos de fala foram reconsiderados sob a abordagem vandijkiana da pragmática. Discutimos ainda os conceitos de condições pragmáticas, força ilocucionária e *frames*, para fundamentar a análise pragmática do contexto.

Finalmente, no quarto capítulo, será traçado um paralelo crítico entre ambas as abordagens discutidas no decorrer deste trabalho, ressaltando as posições teóricas defendidas por seus autores. Destacaremos ainda as posições assumidas nessa pesquisa, tendo a crítica searleana ao cognitivismo como base para o tratamento do *frame* como articulado entre os dois quadros teóricos.

## CAPÍTULO I

### CONCEITOS PARA UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA CONTEXTUAL DO ATO DE FALA

#### 1 Algumas palavras iniciais

O discurso está presente na vida das pessoas, e se manifesta principalmente através da fala e da escrita. Dada a importância da linguagem no cotidiano, dos seres humanos, a linguagem tem sido uma preocupação teórica desde os gregos antigos até os dias de hoje em que se pretende compreender a origem, a natureza e o seu funcionamento na produção do sentido.

Consideramos o ato de fala um conceito básico para as relações comunicativas do ser humano, isto é, a capacidade de comunicação linguística que os seres humanos possuem. Filosoficamente, trata-se, sem dúvida, de um fenômeno extraordinário. Entretanto, do ponto de vista físico são apenas sons produzidos com a passagem do ar pela laringe e cordas vocais. Por outro lado, esses sons adquirem características surpreendentes, de acordo com as quais, os interlocutores podem reconhecer uma pergunta, uma afirmação ou uma explicação, ou podem ainda avaliar se esses enunciados são verdadeiros ou falsos ou entediantes, entre outros. Compreender como sons aparentemente comuns, simples fenômenos físicos, que adquirem significados, sendo semântica ou pragmaticamente investidos constitui a preocupação de diversos estudiosos, dentre os quais destacamos neste trabalho, o filósofo americano John R. Searle e o linguista holandês Teun A. van Dijk.

Para nós, pensar a linguagem por meio do estudo dos atos de fala implica reconhecer a sua importância pragmática para a compreensão dos discursos, de produção do sentido, e mesmo, para o funcionamento da interação. Isto é, análises pragmáticas de contextos, nos quais, os atos de fala se efetivam. Explicitar as relações entre os enunciados e seus contextos de produção, entre outras coisas, é o que motivou a realização desta pesquisa. Assumimos, assim que um dos objetivos deste trabalho é realizar uma reflexão sobre os conceitos teóricos que fundamentam as análises de textos, tomados como atos de fala.

## 2 Algumas palavras sobre a teoria dos atos de fala

Austin (1962) considera os atos de fala como unidades elementares na constituição do uso e da compreensão da linguagem, de modo que em sua análise, os atos de fala devem ser considerados tendo em vista a condição de felicidade ou de sucesso relativamente a sua emissão.

De início, Austin distinguia os atos de fala em constatativos e performativos, sendo que os primeiros possuíam condições de verdade, ao passo que os outros requereriam condições de felicidade, uma vez que os performativos, necessariamente não poderiam ser examinados sob a égide de verdadeiro ou falso. Entretanto, observou Austin, os constatativos possuem aspectos performativos e que, por seu lado, os constatativos possuem aspectos performativos. Isto leva o autor a conceber a linguagem como ação e o ato de fala como unidade de significação. O ato de fala possui três dimensões, ou seja, ele é locucionário, ilocucionário e perlocucionário. Nesta nova abordagem o autor pondera sobre as condições de satisfação do ato de fala combinando a intenção do falante com as convenções sociais em diferentes graus, bem como a satisfação das condições que determinam a felicidade ou a infelicidade do ato de fala.

Quanto às intenções, elas são subjetivas e se originam das práticas sociais. Nota-se a presença das convenções nas condições de satisfação pelo fato de os falantes seguirem regras, normas ou hábitos em diferentes graus. Assim, o sucesso ou fracasso do ato de fala é determinado relativamente à violação ou não das regras convencionais.

Para Austin, há que considerar ainda as forças ilocucionárias ou os atos de fala na qualidade de vereditivos, exercitivos, compromissivos, comportamentativos e expositivos, objetivando identificar o tipo de ato de fala que está sendo realizado. Dessa forma, o método de análise consiste na identificação do ato para reconstruir as regras que o tornaram possível. Ou seja, tornar explícitos os elementos contextuais responsáveis pela produção do ato de fala.

Esta preocupação com o aspecto pragmático da teoria dos atos de fala na concepção austiniana, não encontra adesão por parte de seus principais seguidores como Searle e Vanderveken, conforme veremos. Em Searle (1969), o ato de fala é resultado da combinação de uma proposição (P) com uma força ilocucionária (F). A proposição possui em si um conteúdo semântico determinado, este conteúdo estabelece uma relação entre o ato de fala e os fatos no mundo, sendo então, verdadeiros ou falsos. A proposição (P) combinada com uma

força ilocucionária (F), que lhe é acrescentada, possibilita a realização do ato de fala. Searle apresenta formalmente esta relação através da fórmula  $F(p)$ .

Searle (2002) apresenta algumas críticas à taxonomia dos atos de fala desenvolvidos por Austin. Para Searle, a principal falha na referida taxonomia é que ela não apresenta um “princípio ou conjunto de princípios, claro e consistente na base dos quais a taxonomia esteja construída” (SEARLE, 2002, p. 15). Considerando esta e outras críticas, Searle apresenta uma taxonomia alternativa àquela de Austin, que divide os atos de fala em assertivos, compromissivos, diretivos, declarativos e expressivos (essa taxonomia será retomada e apreciada com mais detalhes no próximo capítulo). Para Searle (2002), esses tipos de atos são definidos a partir dos sete componentes, quais sejam, objetivo ilocucionário, grau de força do objetivo ilocucionário, modo de realização, condição do conteúdo proposicional, condição preparatória, condição de sinceridade e grau de força de sinceridade, relativos à força ilocucionária.

Essa classificação objetiva identificar as diferenças na força ilocucionária quando o performativo não está explícito. Esse exame deveria de alguma forma explicitar também o papel do falante no contexto, as normas e os procedimentos institucionais, ou seja, elementos contextuais presentes na realização do ato de fala, o que não ocorre, pois, Searle se refere basicamente aos aspectos sintáticos dos atos de fala. Conforme suas palavras “é de se esperar que as diferenças semânticas básicas tenham consequência sintáticas” (SEARLE, 2002, P. 1). Isto é, as diferenças entre os tipos de forças ilocucionárias básicas se realizam na sintaxe.

A abordagem da Teoria dos atos de fala em Austin e Searle recebeu algumas críticas que cobram uma análise mais aprofundada sobre os aspectos referentes ao caráter intencional (intencionalidade) como a de Vanderveken (1999), cujas críticas dizem respeito à definição e à análise dos atos de fala centrados basicamente no falante, ou seja, os atos de fala são examinados isoladamente do contexto mais amplo da interação languageira. Equivale dizer que a teoria dos atos de fala não se preocupa com as respostas do ouvinte, com as suas reações ou com as suas expectativas. Vanderveken, em seus trabalhos ocupa se basicamente dos aspectos semânticos dos atos de fala, deixando em segundo plano a análise pragmática propriamente dita.

Considerando que um dos objetivos desta pesquisa é apresentar uma análise dos atos de fala, sob a perspectiva de Searle, devemos dizer inicialmente que os trabalhos de Searle são

insuficientes para esse fim, certamente, considerando as críticas de Vanderveken, e de outros autores.

### **3 Algumas palavras sobre van Dijk**

Van Dijk se notabilizou por seus trabalhos em Análise Crítica do Discurso, atualmente Estudos Discursivos. No decorrer de suas pesquisas, van Dijk produziu artigos e livros que, em parte, destacavam a pragmática e o cognitivismo como temas de discussão. Ingedore Villaça Koch na apresentação do livro *Cognição, discurso e interação* (1992), observa que van Dijk,

sem sombra de dúvida, um dos nomes mais respeitados mundialmente no campo da teoria e análise do discurso e/ou texto, obrigatoriamente citado na literatura especializada, não apenas por ter sido – como realmente foi – um dos pioneiros da pesquisa nesse campo, mas sobretudo pela qualidade, amplitude e originalidade de seus trabalhos (KOCH in VAN DIJK, 1992, p.7).

Em vários momentos de sua pesquisa, van Dijk aborda, mesmo em trabalhos posteriores ao supracitado, os elementos referentes ao cognitivismo, à pragmática, também sobre textos e contextos, entre outros, sem, no entanto, apresentar diferenças sensíveis sobre estes e outros conceitos que atravessam a sua obra. Isto é, esses conceitos não sofreram alterações substanciais em seus significados no transcorrer do tempo. Sendo assim, consideramos como atuais os textos publicados em van Dijk (1992) que expõem alguns conceitos chave para nosso trabalho, como *frame*, processamento de informações, além de outros apresentados pelo autor conforme citação seguinte,

[...] armazenagem e ativação dos conhecimentos na memória; as estratégias de processamento discursivo; os tipos de relações semânticas e pragmáticas responsáveis pela coerência funcional do discurso; os “episódios” enquanto unidades de análise do discurso [...] (VAN DIJK, 1992, p.7).

Uma proposta de análise pragmática contextual que exija o desenvolvimento mais detalhado sobre alguns desses temas será apresentada nos capítulos II e III.

## **4 Notas sobre pragmática e contexto**

### **4.1 Pragmática/pragmatismo**



Na linguística, estuda-se o enunciado em suas relações indissociáveis com os contextos sociais e culturais que o produzem. Nesse estudo o caráter prático do ato de fala, volta-se, portanto, para esse ato de linguagem em uma situação de fala. Para os estudos linguísticos interessa o funcionamento da linguagem, em que se percebe o processo de inferência na produção do sentido.

O conceito de pragmática, tanto no sentido filosófico, quanto no linguístico não se diferencia, notavelmente, um do outro. Podemos perceber essa aproximação conceitual verificando no dicionário de filosofia MARCONDES & JAPIASSU (2001), em que temos “pragmática/pragmático (lat, pragmaticus. do gr. pragmatikôs) 1. Em um sentido geral, "pragmático" significa concreto, aplicado, prático, e opõe-se a teórico, especulativo, abstrato” (MARCONDES & JAPIASSU, 2001). Também, o dicionário expõe o significado do termo conforme utilizado pelos linguistas como segundo significado, ou seja, “2. A pragmática é uma das divisões tradicionais das ciências da linguagem, dizendo respeito aos signos em relação a seu uso concreto pelos falantes de uma língua” (MARCONDES & JAPIASSU, 2001).

Considerando o significado de pragmática o que nos interessa, em consonância com van Dijk, é que os usuários de uma língua realizam escolhas lexicais, levando em consideração o seu uso em determinadas interações sociais/comunicacionais. E, não menos importante, é o efeito prático que a linguagem exerce sobre os ouvintes ou outros atuantes da interação comunicativa. A pragmática pode-se dizer, estuda as relações de sentido do uso linguístico em situações concretas de seu aparecimento.

## **4.2 Contexto**

Em relação ao contexto, podemos dizer que se trata da situação de ocorrência do texto. Ou seja, são as circunstâncias que envolvem a produção de uma mensagem – falada ou escrita – podendo ser, por exemplo: tempo, lugar, cultura, conhecimento de mundo de falantes e ouvintes. Esse conjunto de categorias concorre para a compreensão da comunicação. Por contexto, também se compreende a ocorrência de determinada palavra em relação à oração em que ela aparece. Entretanto, conceituar o contexto, não é uma tarefa das mais simples, pois, este conceito pode sofrer variações conforme variam as disciplinas e os objetivos dos autores.

Em Halliday & Hasan, (1989), por exemplo, credita-se a Malinowski a diferenciação do contexto em tipos. Sob essa perspectiva, temos o contexto de situação, para se referir ao componente verbal e à situação na qual foi pronunciada uma sentença. Há também o contexto cultural, tendo em vista que os aspectos culturais são relevantes no tratamento do sentido, juntamente com outros tipos de contexto para a compreensão de um texto determinado. Para Halliday descrever o contexto de uso é caracterizar os elementos usados em uma interação.

Existem vários usos para o conceito ou noção de contexto, vamos tentar explicitar da melhor maneira possível esse conceito sob o ponto de vista vandijkiano. Em van Dijk (2008), o autor observa que, frequentemente, deparamo-nos com algumas noções como linguagem, discurso, poder, entre outras, que temos alguma dificuldade em defini-las. Essa dificuldade resulta quase sempre da necessidade de teorias complexas para dar conta de suas propriedades que caracterizam esses conceitos. Como exemplo, de dificuldade de definição, tem a noção de contexto, conforme podemos observar na consideração de van Dijk,

o mesmo é verdadeiro para a noção de "contexto". Talvez vendo-o como ligeiramente mais formal do que conceitos a ele relacionados, tais como a "situação", "circunstâncias" ou "Meio ambiente", nós usamos a noção de "contexto" sempre que queremos indicar que algum fenômeno, evento, ação ou discurso precisa ser analisado ou estudado em relação ao seu ambiente, ou seja, em torno de suas condições e consequências. Portanto, não só descrevemos mas, especialmente, explicamos a ocorrência ou propriedades de algum fenômeno focando em alguns aspectos do seu contexto (VAN DIJK, 2008, p.4)<sup>1</sup>

Isso significa que utilizamos a noção de contexto para situar ou explicar um fenômeno, que pode ser um ato de fala por exemplo. Geralmente tendemos a explicar as coisas dentro de seu ambiente de uso, por isso, como observa van Dijk, dizemos que uma reportagem, por exemplo, possui um esquema típico na imprensa, ou “categoria especial de contexto que coloca os eventos atuais no seu contexto político, social ou histórico” (VAN DIJK, 2008, p. 4).

Para van Dijk, essa caracterização informal de contexto comprova que não compreendemos satisfatoriamente fenômenos complexos sem compreendermos seu contexto. O autor destaca também que existem tipos de contextos, que ele chama de contextos formais

---

<sup>1</sup> - No original: The same is true for the notion of “context.” Perhaps seeing it as slightly more formal than related concepts, such as “situation,” “circumstances” or “environment,” we use the notion of “context” whenever we want to indicate that some phenomenon, event, action or discourse needs to be seen or studied in relationship to its environment, that is, its “surrounding” conditions and consequences. We thus not only describe but especially also explain the occurrence or properties of some focal phenomenon in terms of some aspects of its context (VAN DIJK, 2008, p. 4).

ou convencionais/constitucionais. E chama a atenção para o fato de que conhecendo o contexto (formal ou convencional), o falante pode escolher os itens lexicais para compor um discurso direcionando o conteúdo e o estilo para alcançar objetivos pré-estabelecidos.

Esta relação entre contexto e atos de fala, a que o autor atribui como sendo uma tarefa da pragmática contribui também, para ele definir, ao menos em parte, o que é contexto, como se pode observar abaixo.

[...]. Uma segunda tarefa da pragmática seria então <colocar> estes atos em uma situação e formular as condições que estipulam quais expressões são satisfatórias em quais situações. Isto é, precisamos de uma caracterização abstrata desta <situação de interação da fala>. O termo técnico que usamos para tal situação será o de CONTEXTO (VAN DIJK, 1980, p. 272).<sup>2</sup>

Pode-se observar que van Dijk chama de contexto a situação em que ocorre o ato de fala, embora o autor distinga ‘situação’ e ‘contexto’, ou seja, não significam exatamente a mesma coisa. Sendo assim, temos que a situação comunicativa se refere a algo empírico, real, existente no mundo, entretanto, existem na situação real alguns fatos que não se relacionam diretamente com o ato de fala (altura do falante, por exemplo). O contexto caracteriza-se por ser uma abstração da situação, contendo apenas os elementos que possuem conexão direta com ato de fala e, é determinante para a adequação de expressões convencionais.

## 5 Contextos como modelos mentais

Conforme dissemos acima, o contexto é algo diferente da situação real objetiva, na medida em que é uma construção subjetiva dos componentes da interação social ou de comunicação. Van Dijk (2008) chama o contexto, assim caracterizado, de modelo mental. Conceito já apresentado e desenvolvido em van Dijk (1992), como episódio na memória dos participantes de discurso. Os modelos mentais são responsáveis por uma análise dinâmica construída subjetivamente, capaz de envolver o processamento do discurso em uma interpretação da situação real da comunicação. Importa ressaltar que o contexto como modelo mental faz parte de um discurso realizado em outro tempo e lugar, ativado na memória

---

<sup>2</sup>- No original: Una segunda tarea de la pragmática sería entonces «colocar» estos actos en una situación y formular las condiciones que estipulan qué expresiones son satisfactorias em qué situaciones. Esto es, precisamos una caracterización abstracta de esta «situación de La interacción del habla». El término técnico que usamos para tal situación será el de CONTEXTO (VAN DIJK, 1980, p. 272).

episódica para analisar a situação atual. Em outras palavras, esse contexto consiste de esquemas compartilhados culturalmente, permitindo assim, que os actantes de uma interação social interpretem com rapidez o evento comunicativo, no qual estão envolvidos.

O conceito de contexto como modelo mental, proposto por van Dijk, foi inspirado pelos trabalhos desenvolvidos em Inteligência Artificial, nas ciências da computação e na psicologia cognitivista. De acordo com o autor, as pesquisas realizadas nessas disciplinas pretendem dar

[...] conta em termos formais de uma interpretação do discurso, por exemplo, de pronomes, expressões dêiticas, tempos verbais, pressupostos, acumulação de conhecimento, e muitas outras propriedades do discurso que precisam de um modelo de contexto (VAN DIJK, 2008, p.10) <sup>3</sup>.

Para o autor, nessas pesquisas, estes conceitos são considerados como pragmática formal, entretanto, a maioria desses trabalhos se concentram na semântica, isto é, sobre a interpretação do discurso apresentados formalmente em termos de contextos. Ainda de acordo com van Dijk: “Essa pesquisa formal sobre contexto é também a única direção da pesquisa que representa o contexto como modelo, como também faço, mas não como modelos formais, e sim como modelos mentais” (VAN DIJK, 2008, p.10-11)<sup>4</sup>. A Inteligência Artificial e a psicologia cognitiva abordam os modelos de contextos muitas vezes sob o título de esquemas, *scripts*, cenários ou *frames*.

## 6 Sobre a noção de *frames*

Nesta seção buscaremos refletir sobre a noção de *frame* e sobre sua aplicação na análise pragmática contextual, objetivando verificar se as condições contextuais podem determinar a adequação de possíveis atos de fala, segundo uma análise apresentada como modelo em VAN DIJK (1992). Deve-se atentar para o fato de que o “*frame*” é um conceito chave para a compreensão da proposta de van Dijk. Para o autor, é “o nosso conhecimento de mundo e a sua organização mental do tipo *frame* que decide se as condições necessárias à adequação dos atos de fala foram realmente preenchidas ou não” (VAN DIJK, 1992, p.80).

<sup>3</sup> - No original: [...] to account in formal terms for discourse interpretation, e.g., of pronouns, deictic expressions, verb tenses, presuppositions, knowledge accumulation, and many other properties of discourse that need context modeling (VAN DIJK, 2008, p. 10).

<sup>4</sup> - No original: This formal approach to context is also the only direction of research that represents context as models, as I shall also do, but then not as formal models, but as mental models (VAN DIJK, 2008, p.10-11).

Há, no entanto, compreensões diversas do conceito de *frame*. Para Lakoff, por exemplo, os *frames* seriam os Modelos Cognitivos Idealizados. Para esse autor *frames* seriam estruturas com as quais organizamos o conhecimento em categorias criadas por nós para estabelecermos relações entre o social e entre as várias formas de conhecimento em relação a nós (veja mais em LAKOFF (1987)).

Em que pese essa diversidade, adotaremos a concepção de *frame* e suas implicações, como definido e desenvolvido por van Dijk, como o “conjunto de proposições que caracterizam nosso conhecimento convencional de alguma situação mais ou menos autônoma (atividade, transcurso de sucesso, estados) se denomina *frame*” (VAN DIJK, 1980, p. 157)<sup>5</sup>. Como observa o autor, esse termo também é usado para se referir a um conjunto de conhecimentos sobre alguma coisa, ou seja: “o conjunto de unidades epistemológicas que temos sobre livros, bolas e bananas” (VAN DIJK, 1992, p. 78).

Van Dijk (1980) apresenta como exemplo de *frames* um conjunto de proposições referentes a um escritório. Assim, temos um conjunto de trabalhadores realizando atividades típicas de um escritório. Este *frame* deve incluir as possíveis ordenações dos fatos, ou seja, os acontecimentos devem obedecer à sequência de causa e efeito, do geral para o particular ou o todo pela parte. Considerem, então, o exemplo de van Dijk, “Ela empurrou a carta e olhou pela janela. Estava calor e as ruas pareciam empoeiradas. Fairview necessitava que chovesse com urgência. Havia um aspecto queimado, desalinhado na pequena, desordenada cidade. [...]” (VAN DIJK, 1980, p. 158)<sup>6</sup>.

Para o autor, o trecho destacado é coerente sintaticamente, compreendendo-se que os eventos se sucedem segundo uma ordem mais ou menos lógica em que a ‘mulher empurra a carta e olha pela janela’, é uma sequência de eventos no tempo e no espaço; perceber o calor da rua e a poeira é consequência da falta de chuva, como se pode observar na afirmação: ‘Fairview necessitava que chovesse com urgência’. Presume-se, aqui, uma relação de causa, ao passo que o enunciado ‘havia um aspecto queimado, desalinhado na pequena, desordenada cidade’, em que pese uma possível relação de causa e consequência, de modo que ‘olhar pela janela’ pode levar à visão, bem como à percepção da cidade do modo como foi descrita. Para

---

<sup>5</sup>- No original: El conjunto de proposiciones que caracterizan nuestro conocimiento convencional de alguna situación más o menos autónoma (actividad, transcurso de sucesos, estado) se denomina MARCO (*frame*) (VAN DIJK, 1980, p. 157).

<sup>6</sup>- No original: Ella aparto El correo y miró por la ventana. El sol y acalentaba y las calles parecían polvorientas. Fairview necesitaba que llo viesse con urgencia. Habíaun aspecto quemado, desaliñado em La pequeña, desordenada ciudad. ( ...) (VAN DIJK, 1980, p. 158).

van Dijk, no entanto, essas ações de “ver” e “perceber” não seriam coerentes em relação com o *frame* TRABALHAR NO ESCRITÓRIO; tampouco ‘olhar a janela e observar que a cidade precisa de chuva’.

Podemos notar também, nas citações acima, que alguns elementos podem fazer parte do *frame* de uma maneira indireta, enquanto outros não. Isto é, a ‘carta’, a ‘janela’ estão em uma relação de coerência com o *frame*, pois, em um escritório encontram-se correspondências, também um escritório está localizado em um edifício ou é o próprio edifício e, nos edifícios, existem janelas. Essas informações pertencem ao *frame* de trabalho em escritório por fazerem parte do conhecimento prévio de escritórios e edifícios. O mesmo não se pode dizer de ‘ruas empoeiradas’, o ‘sol’ entre outros.

Ainda sobre ‘janelas’, este é um dado postulado, ou seja, não pertence propriamente ao *frame* de trabalho em escritório, mas ao *frame* de edifício. Para van Dijk esses

dados postulados são uma das possíveis representações de campos (cognitivos). Aparecem aqui para indicar que a suposição de que o *frame* de escritório não contenha em si mesmo a informação de que nos escritórios existem janelas, se não que esta informação vem subsumida sob o *frame* geral de edifício (VAN DIJK, 1980, p. 158)<sup>7</sup>.

Como já dissemos anteriormente, van Dijk importa o conceito de *frame*, da Inteligência Artificial e da psicologia cognitiva, conforme ele mesmo afirma, “a noção de *frame* vem da recente psicologia cognitiva e da ciência da computação, e foi cunhado por Minsky (1975)” (VAN DIJK, 1980, p. 157)<sup>8</sup>.

Para Minsky, o *frame* é uma estrutura capaz de representar situações do cotidiano, de modo que são ativados criando expectativas sobre alguns aspectos do contexto através de valores, de acordo com os quais cada elemento da estrutura recebe o valor mais frequente ou típico para si. Ou seja, se em uma estrutura (*frame*) faltar alguma informação sobre um de seus elementos, essa informação será dada seguindo um critério de valor, ela será escolhida segundo a frequência com que aparece relacionada ao elemento sob questão. Sendo assim, os *frames* possuem informações suficientes para compreensão de determinado evento em um contexto particular. As informações, também podem complementar aquelas que são básicas e

---

<sup>7</sup>-No original: Los postulados dados son una de las posibles REPRESENTACIONES de campos (cognitivos). Se Dan aquí para indicar que lá suposición de que el marco de oficina no contendría em sí mismo la información de que las oficinas tienen ventanas, sino que esta información viene subsumida bajo el marco más general de edificio (VAN DIJK, 1980, p.158).

<sup>8</sup>- No original: La noción de MARCO procede de La reciente psicología cognoscitiva y dela informática, y ha sido acuñada por Minsky (1975) (VAN DIJK, 1980, p. 157).

necessárias para os elementos que constituem um determinado *frame* (para informações mais detalhadas veja Minsky (1975). Como observa o autor,

o *frame* é uma estrutura de informações para representar uma situação estereotipada, podendo ser uma coisa como uma sala de estar ou como ir a uma festa de aniversário infantil. Anexos em cada *frame* há vários tipos de informações. Algumas são sobre como usar o *frame*. Outras concernem a expectativas de acontecimentos futuros. Outros, ainda, são sobre o que fazer se as expectativas não forem confirmadas (MINSKY, 1975, p 1)<sup>9</sup>.

A partir dessa descrição dos *frames*, Minsky procura explicitar seu funcionamento, que transcrevemos para uma melhor compreensão do termo.

Para analisar uma cena visual, os diferentes *frames* de um sistema descrevem a cena sob diferentes pontos de vista, e as transformações entre um *frame* e outro representam os efeitos do movimento de um lugar para outro. Para *frames* de coisas não visuais as diferenças entre os *frames* do mesmo sistema podem representar as ações, relações de causa e efeito, ou mudanças dentro de um ponto de vista conceitual. Diferentes *frames* de um sistema compartilham os mesmos terminais; este é o ponto crítico que torna possível coordenar informações coletadas a partir de diferentes pontos de vista (MINSKY, 1975, p. 2)<sup>10</sup>.

Nosso objetivo neste momento, não é fazermos uma incursão às ciências computacionais, mas apenas destacar o conceito de *frame*, segundo Minsky, mostrando que o conceito não sofreu grandes variações em relação às disciplinas mencionadas a saber: Inteligência Artificial, Psicologia Cognitiva e Linguística.

Os conceitos apresentados neste capítulo, como “pragmatismo”, “contexto” e “*frame*”, foram ressaltados por compreendermos que são de grande importância para a análise de atos de fala. A noção de “pragmatismo” parece-nos importante por indicar o modo como a análise deve acontecer, ou seja, uma análise precisa ser feita tendo como parâmetro a linguagem tomada em seu uso real, por participantes em uma interação comunicacional concreta.

Os outros dois, “contexto” e “*frame*”, possuem certas características em comum. Assim, apresenta-se o contexto como um modelo mental convencional, embora, teoricamente

---

<sup>9</sup> -No original: A frame is a data structure for representing a stereotyped situation, like being in a certain kind of living room, or going to a child's birthday party. Attached to each frame are several kinds of information. Some of this information is about how to use the frame. Some is about what one can expect to happen next. Some is about what to do if these expectations are not confirmed (MINSKY, 1975, p. 1).

<sup>10</sup> - No original: For visual scene analysis, the different frames of a system has describe the scene from different view points, and the transformations between one frame and another represent the effects of moving from place to place. For non-visual kind so frames, the differences between the frame so fasys has can representations, cause-effect relations, or changes in conceptual view point. Different frames o fasys has share the same terminals; this is the critical point that makes it possible to coordinate information a there from different viewpoints (MINSKY, 1975, p. 2).

se possa admitir certa “mutabilidade” em seu interior. Na prática, o contexto parece-nos inflexível, pois o ato de fala que não se enquadra no modelo convencional caracteriza-se como incoerente com a interação comunicativa. Essa mesma condição vale para o *frame*. Ainda que guardem certas nuances, o contexto e o *frame* se aproximam em um sentido bastante peculiar, tendo em vista que são conceitualmente tratados como sinônimos pela ciência da computação, onde o contexto ou *frame* se iguala a *scripts* ou esquemas. Podemos dizer, então, que um *frame* é um modelo mental de contexto, o que nos permite compreender a observação de van Dijk de que a noção de *frames* diz respeito ao “nosso conhecimento de mundo e que sua organização mental do tipo *frame* decide se as condições necessárias à adequação dos atos de fala foram realmente preenchidas ou não” (VAN DIJK, 1992, p.80).

## 7 *Frames* como blocos de conhecimento

A partir do que foi discutido e considerando que o *frame* como um quadro ou uma moldura em torno de um evento comunicativo com uma estrutura convencional, mais ou menos fixa, podemos avançar abordando os *frames* sob a perspectiva de uma análise pragmática contextual. Com essa análise pretende-se discutir a adequação de um determinado ato de fala em relação ao contexto inicial ou ao seu contexto de produção. Pode-se, assim, perguntar se a noção de *frames* é suficiente para explicar o surgimento e a previsão de atos de fala em um contexto determinado.

Defenderemos uma resposta negativa, isto é, que o conceito de *frame* importado da IA não suporta a quebra do modelo mental de contexto. A forma como é proposto em van Dijk (1992) – como um bloco de conhecimento – pressupõe que o falante e o ouvinte tenham conhecimentos prévios sobre o contexto do evento comunicativo. Sendo assim, o exemplo que van Dijk apresenta para análise “Posso ver seu tíquete, por favor?” (VAN DIJK, 1992, p. 86), apenas aceitará como resposta uma afirmativa. Isto é, dentro do *frame* proposto para análise, qual seja a “fiscalização de tíquetes”, o ato de fala seguinte deve ser um “sim”, qualquer outra resposta poderá ser considerada como incoerente ou inadequada, ou produzirá um efeito de sentido distinto daquilo que foi perguntado, fugindo ao domínio do *frame*.

Isto se dá porque o *frame* como um bloco de conhecimento não admite que o ouvinte não tenha conhecimento suficiente para responder adequadamente à solicitação do fiscal. O *frame* não prevê uma resposta negativa. Assim, o ouvinte deve concluir que o ato de fala



“Posso ver seu tíquete, por favor?” é reconhecido e aceito como uma solicitação, após análise do contexto e da situação de produção do enunciado.

O ato de fala usado como exemplo pode ser usado em vários contextos diferentes e o ouvinte o reconhecerá como uma solicitação, mais em função da estrutura sintática do enunciado, do que por compartilhamento convencional de conhecimento. O ouvinte pode até não conhecer o significado de tíquete, o que não o impede de reconhecer no ato de fala uma solicitação, podendo responder: “Eu te mostraria um tíquete, caso eu soubesse o que é isso” ou ainda “eu mostraria o tíquete se eu tivesse um”, em uma situação em que alguém ficou responsável pelos tíquetes e a pessoa abordada não foi aquela que está com os tíquetes. Será que seria possível uma resposta em que a pessoa abordada possa responder “o tíquete? ele não está comigo, está com o Carlos, meu colega sentado ali na frente”?

Parece-nos, portanto, que van Dijk não contempla, em seus trabalhos, os atos de fala que quebram o *frame*, isto é, aqueles atos de fala que produzem uma ruptura semântica na interação comunicacional. Ou seja, o *frame* ou o contexto como modelo mental não permite que o ato de fala possa ser pronunciado de forma a quebrar o *frame*, intencionalmente ou não e que a resposta do ouvinte não extrapole a expectativa do falante. No entanto, essas quebras não são raras, o que não impede que a conversação transcorra e que o falante consiga se fazer entender pelo ouvinte. Um maior desdobramento desta análise sobre o conceito de *frame* será apresentado ao final deste trabalho.

À guisa de metodologia, no próximo capítulo será abordado com mais detalhes a teoria dos atos de fala, e seu uso em alguns exemplos possíveis de análises. Apresentaremos para modelos de aplicação teórica cinco textos. No capítulo seguinte, voltaremos aos conceitos vandijkianos relativos à análise pragmática contextual, no qual, também, serão analisados os mesmos cinco textos, embora, possa parecer cansativo repetir os textos é relevante que o funcionamento de ambas as teorias, searleana e vandijkiana, sejam observadas sob o mesmo ponto de vista. Ao fazer essas análises em separado, temos como objetivo, no quarto capítulo, traçarmos um paralelo entre essas propostas, observando a aplicação das duas abordagens. Note-se, também, que ao usarmos os mesmos textos, para as análises, não estamos sugerindo que as análises se aplicam apenas a esses textos, visto que, são apenas alguns exemplos.

## CAPÍTULO II

### ANÁLISE DE ATOS DE FALA, SOB A PERSPECTIVA DE JOHN SEARLE

#### 1 Atos de fala

Considerando que a linguagem usada concretamente no cotidiano seja complexa e diversificada, a teoria dos atos de fala, segundo a formulação apresentada por Austin e Searle, pretende ser uma tentativa de sistematizar conceitos e noções relativos aos fenômenos de linguagem em seu uso, ao mesmo tempo, conservando suas características teóricas. Pensando a linguagem, sob o ponto de vista pragmático, pretende-se neste capítulo explorar alguns aspectos da Teoria dos Atos de Fala, visando sua aplicação prática em alguns exemplos de enunciados.

Tendo em vista o escopo deste trabalho, do qual faz parte uma aproximação teórica entre Searle e van Dijk, apresentaremos a abordagem teórica da Teoria dos Atos de Fala de forma resumida, mas de maneira que se possa compreender alguns pontos teóricos norteadores de nossa análise, que, neste capítulo, tem o objetivo de verificar ou classificar os atos de fala quanto ao tipo ou força ilocucionária em categorias.

Austin (1962) e Searle (2000, 2002) consideram o ato de fala como uma ação humana, esta ação pode, entre outras coisas, criar ou descrever coisas no mundo. Através dos atos de fala podemos fazer uma afirmação, uma promessa ou explicar conceitos científicos, por exemplo. Esses atos de fala e muitos outros foram nomeados por Austin (1962) como atos ilocucionários. Podemos conceituá-los como sendo “a menor unidade completa possível da comunicação linguística humana” (SEARLE, 2000, p. 127). Estes atos acontecem sempre quando falamos ou escrevemos para alguém.

O ato de fala possui três dimensões, a saber, a dimensão do ato locucionário, ilocucionário e perlocucionário. Quanto ao aspecto locucionário, entende-se como o ato de pronunciarmos algo, enquanto que o resultado desse ato ou a frase emitida caracteriza o ato ilocucionário realizado intencionalmente com um aspecto funcional que pode ser, por exemplo, aquele da promessa ou do pedido e, como ato perlocucionário caracterizamos o efeito do ato ilocucionário em um ouvinte, podendo este ser intencional ou não. Nos termos

do autor, o falante “pode persuadir alguém de alguma coisa, ou fazer com que façam alguma coisa, ou incomodá-los, ou diverti-los, sem ter a intenção de fazê-lo” (SEARLE, 2000, p. 127). Em suma, “quando um falante diz alguma coisa, e quer dizer alguma coisa com o que está dizendo, e tenta comunicar o que quer dizer a um ouvinte terá, se for bem-sucedido, realizado um ato ilocucionário” (SEARLE, 2000, p. 127-128).

Metodologicamente, para que o ato de fala possa ser considerado “bem-sucedido”, segundo a abordagem austin/serleana, é necessário observar as condições de satisfação do ato de fala combinando a intenção do falante com as convenções sociais em diferentes graus. Dessa forma, a satisfação das condições determina a felicidade ou a infelicidade do ato de fala. As condições de satisfação serão discutidas no decorrer desse texto.

## **2 Ato ilocucionário**

Nossa atenção se voltará especialmente para os atos ilocucionários, isto é este trabalho de análise transcorrerá preferencialmente em torno da dimensão ilocucionária do ato de fala. Sendo assim, falaremos da necessidade de marcar a diferença em relação a esses atos, mais especificamente, ressaltar que há uma “distinção entre o conteúdo de um ato ilocucionário e a força ilocucionária que ele tem, ou – o que é a mesma coisa – o tipo de ato ilocucionário de que se trata” (SEARLE, 2000, p. 128). Searle representa essa estrutura a partir da fórmula  $F(p)$ , “onde  $F$  representa a força ilocucionária e  $p$  o conteúdo proposicional. Ou seja, podemos separar a parte da linguagem que constitui seu tipo ilocucionário, ou força ilocucionária, da parte que constitui seu conteúdo proposicional” (SEARLE, 2000, p. 128). Por exemplo:

- 1- Por favor, escreva a carta.
- 2- Quer escrever a carta?

Ambos os enunciados possuem uma forma da proposição, cujo conteúdo pretende-se que alguém escreva uma carta. São, no entanto, tipos de atos de fala diferentes, um é um pedido e o outro uma pergunta, consecutivamente.

## **3 Finalidade ilocucionária**

Além dos exemplos acima, podemos citar ainda a força ilocucionária de uma promessa, uma ordem, uma afirmação e outras forças que podem marcar muitos outros enunciados que, como estes, constituem tipos diferentes de atos de fala ou diferentes forças

ilocucionárias. Searle (2000) classifica esses atos em cinco categorias, segundo sua finalidade ilocucionária, como a assertiva, a diretiva, a compromissiva, a expressiva e a declarativa. Importante ressaltar que a taxonomia dos atos de fala desenvolvidos por Searle tem como ponto de partida a classificação dos atos de fala em vereditivos, expositivos, exercitivos, comportativos e compromissivos, conforme apresentados por Austin<sup>11</sup> (1962).

Por Finalidade Ilocucionária entende-se que seja a finalidade ou propósito de um ato de fala, em virtude de ele ser de um tipo específico como uma asserção, ou uma declaração, ou outro tipo. Assim, por exemplo, alguém pode “dar uma ordem por uma série de razões, e com vários graus de urgências diferentes, mas, na medida em que o ato é corretamente descrito como uma ordem, então *qual* ordem, ele *equivale*<sup>12</sup> a uma tentativa de fazer com que o ouvinte faça alguma coisa” (SEARLE, 2000, p. 136). Também, se alguém faz uma promessa, neste caso a finalidade ilocucionária equivale a um compromisso assumido pelo falante em relação ao ouvinte. Então, se o falante promete ir a uma festa, ele está expressando necessariamente sua intenção de ir à festa. A finalidade ilocucionária desse ato de fala determina a direção de ajuste quanto ao estado intencional. Ou seja, o estado intencional expressado (intenção de ir à festa) tem o mesmo conteúdo proposicional do ato de fala, e também funciona como condição de sinceridade desse ato.

#### 4 Direção de ajuste

Antes de especificarmos uma a uma as cinco finalidades ilocucionárias precisamos, mesmo que rapidamente, fazer algumas considerações acerca da direção de ajuste e condições de sinceridade. Quanto à direção de ajuste, podemos ter direção de ajuste palavra-mundo, mundo-palavra e direção de ajuste nula. A diferença consiste em que algumas elocuições buscam fazer com que as palavras ou seu conteúdo proposicional correspondam ao mundo, enquanto outras, ao contrário, intentam fazer com que o mundo corresponda com a palavra.

Searle (2002, p. 5), apresenta um exemplo, no qual um homem vai ao supermercado com uma lista de compras feita por sua esposa e, enquanto ele faz as compras é seguido por um detetive que anota em uma caderneta tudo que o homem compra, ao final ambos terão listas iguais. Entretanto, a lista do comprador tem por finalidade fazer o mundo se ajustar às

---

<sup>11</sup>- Para maiores informações veja: AUSTIN (1962), SEARLE (2000, 2002a, 2002)

<sup>12</sup>- Itálicos do autor.

palavras. Já no caso do detetive a lista serve para fazer com que as palavras se ajustem ao mundo. Supondo que o detetive tenha anotado em sua lista a palavra “toucinho”, mas, ao se lembrar que o comprador, por engano, comprara efetivamente “costelas de porco”, basta o detetive apagar “toucinho” de sua lista e anotar no lugar “costelas de porco. No entanto, não basta ao comprador após perceber o erro cometido, escrever em sua lista as palavras “costelas de porco” no lugar da palavra “toucinho”, porque isso não mudará um produto pelo outro.

Na direção de ajuste nula, por sua vez, o falante não pretende ajustar o mundo a sua palavra e tampouco que sua palavra corresponda ao mundo. Isto é, “a verdade da proposição expressa é pressuposta. Assim, por exemplo, quando eu me desculpo por ter pisado em seu pé, não é meu propósito alegar que seu pé foi pisado, nem fazê-lo ser pisado” (SEARLE, 2002, p 23).

## 5 Condições de sinceridade

A respeito das condições de sinceridade, Searle (2009, p. 60) estabelece que há distinção entre, por exemplo, a promessa, em promessa sincera e insincera. No caso de uma promessa sincera o falante pretende fazer ou cumprir com o prometido, acontece o contrário com a promessa insincera, ou seja, o falante não pretende cumprir o ato prometido. Além do mais, o falante acredita na possibilidade de fazer o ato ou abstrair-se de fazê-lo. Para o autor essa proposição de que o falante pretenda fazer o ato implica que ele acredita que seja possível fazê-lo. Ainda, Searle diz que “o estado psicológico expresso na realização do ato ilocucionário é a condição de sinceridade do ato” (SEARLE, 2002, p. 7).

## 6 Taxonomia de Searle

Considerando as noções trabalhadas anteriormente, apresentaremos na sequência uma lista daquilo que Searle (2002) avalia como sendo as categorias principais dos atos ilocucionários, que servirão de base para a análise dos exemplos em nosso trabalho.

A categoria dos **assertivos** tem por finalidade comprometer o falante (em algum grau) com a verdade expressa na proposição. Ou seja, os assertivos podem ser avaliados principalmente sob a perspectiva de verdadeiro e falso. A direção de ajuste dessa classe é palavra-mundo. O estado psicológico é a crença *que P*. “O grau de crença ou de compromisso

pode aproximar-se de, ou mesmo chegar a, zero, mas é claro, ou ficará claro, que *fazer a hipótese de que p e anunciar categoricamente que p*<sup>13</sup> estão no mesmo ramo de atividade, no sentido em que distinguem de pedir” (SEARLE, 2002, p. 20).

Quanto aos **diretivos**, essa categoria consiste em tentativas do falante em induzir o ouvinte a fazer algo, pode ser desde um convite ou uma sugestão até uma insistência veemente. O ponto de exclamação é um dispositivo que indica o propósito do ato de fala. A direção de ajuste é mundo-palavra. O estado psicológico é a vontade ou o desejo. Entre os verbos principais que denotam essa classe, podemos citar “pedir”, “convidar”, “ordenar”, “pleitear”, “rezar”, “permitir”, “contestar”, ou “mandar”.

A categoria dos **compromissivos**, por outro lado, define os atos, cujo conteúdo proposicional, diz respeito ao compromisso que o falante assume com alguma ação futura. A direção de ajuste é mundo-palavra. O estado psicológico ou condição de sinceridade é a intenção.

Os **expressivos** definem a categoria dos atos que possuem o propósito ilocucionário de expressar um estado psicológico que está contido na condição de sinceridade a respeito de algo especificado no conteúdo proposicional. Geralmente tal conteúdo atribui uma propriedade ao falante ou ouvinte, não precisa ser necessariamente uma ação. A verdade expressa nesses atos é pressuposta. A direção de ajuste é nula. Alguns dos principais verbos desta categoria de atos de fala são “agradecer”, “congratular”, “desculpar”, “deplorar” ou aqueles que denotam pêsames ou boas vindas.

Por fim a categoria dos **declarativos** possui como diferencial, quando bem sucedidos, apresentar uma correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade. Alguns exemplos clássicos são atos como “Eu vos declaro marido e mulher”; “Declaro que estamos em estado de guerra”.

Para o sucesso desses atos, é necessário que as circunstâncias ou os contextos sejam apropriados para a sua realização. Apenas a competência linguística dos falantes e ouvintes nem sempre é suficiente para a realização bem sucedida do ato de fala, pois é necessário, também, levar em consideração as instituições extralinguísticas como as Igrejas, o estado, entre outras. “As declarações produzem uma alteração no estatuto ou condição do referido em relação a objeto ou objetos tão-somente em virtude do fato de se ter conseguido realizar a

---

<sup>13</sup>- Itálicos do autor.

declaração” (SEARLE, 2002, p. 26-27). A direção de ajuste dos declarativos é tanto palavra-mundo como mundo-palavra. A condição de sinceridade não existe.

Destacaremos uma subclasse dos declarativos, mais especificamente, as Declarações Assertivas, que se caracterizam por requerer condições de sinceridade, ou seja, um estado psicológico de crença. “Algumas instituições requerem alegações assertivas a serem proferidas com a força de declarações” (SEARLE, 2002, p. 30). Isto porque algumas alegações exigem debates sobre a verdade em uma questão factual. Searle cita como exemplos casos como aquele do “prisioneiro solto ou mandado para a cadeia, o time perde a vez, um gol é marcado” (SEARLE, 2002, p. 30). No caso do exemplo do prisioneiro, após a apuração dos fatos uma autoridade institucionalmente estabelecida (o juiz), precisa determinar quais são os fatos e declarar uma decisão. Se esta for ‘voce é culpado’ será uma declaração que permite ser avaliada no sentido palavra-mundo, isto é, ele realmente cometeu o crime? Ainda, essa declaração promove uma sequência de passos institucionais que verificam a veracidade dos fatos e conseqüentemente da sentença judicial e isso determinará se o prisioneiro será solto ou não. Sendo assim, havendo confirmação em um possível recurso, a declaração torna o acusado culpado nos termos da lei. Também, nos eventos esportivos o árbitro declara quando um time perde a vez ou confirma a marcação de um gol. Ao declarar, por exemplo, que o jogador está excluído da partida este deverá automaticamente deixar a competição, independentemente dos fatos ocorridos, no entanto, estes fatos poderão ser apreciados futuramente e resultar em punição maior ao jogador ou o tornará apto a jogar novamente. Para Searle essas Declarações Assertivas possuem como característica a condição de sinceridade. Assim, um “juiz, o júri e um árbitro podem logicamente dizer mentiras, mas a pessoa que declara guerra ou nomeia para um cargo não pode mentir” (SEARLE, 2002, p. 30).

## **7 Atos de fala indiretos**

Para Searle (2002), em um ato de fala a maneira mais simples de significar é quando o falante enuncia e quer significar exata e literalmente aquilo que disse. “Mas, notoriamente, nem todos os casos de significação são tão simples: em alusões, insinuações, ironias e metáforas – para mencionar uns poucos exemplos – a significação da emissão do falante e a significação da sentença divergem” (SEARLE, 2002, p. 47). Ou seja, em alguns casos trata-se de atos de fala indiretos. Temos que o falante realiza o ato de fala que significa um pedido

indiretamente através de um ato de fala que em sua significação literal é uma pergunta. O exemplo mais comum é: Você pode apanhar o sal? Importante observar que o ato de fala pretendido, neste caso, é o pedido. Assim, temos como ato primário o pedido que se realiza indiretamente na pergunta ou no ato secundário. Temos que o ato primário não é literal, enquanto que o secundário é.

Uma parte da compreensão do ato de fala indireto pelo ouvinte se dá devido a que algumas palavras e expressões são de alguma forma, institucionalizadas. Conforme podemos acompanhar:

algumas sentenças parecem ser usadas como pedidos indiretos de uma maneira quase convencional. Dada uma sentença como “você pode alcançar o sal?” ou “Eu gostaria que você parasse de pisar no meu pé”, seria necessária uma certa dose de engenhosidade para imaginar uma situação em que suas emissões não fossem pedidos (SEARLE, 2002, p. 49).

Em relação aos atos de fala institucionalizados, para que sejam considerados felizes em suas emissões, é necessário que se observem as condições preparatórias, condições de conteúdo proposicional e condições de sinceridade. Para Searle (2002) é fato que, nesses casos, o falante diz algo mais do que o enunciado literal. Observa-se que tanto falante e ouvinte partilham informações linguísticas e não linguísticas, além de capacidades racionais e de inferência. Para uma explicação dos atos de fala indiretos, é preciso acrescentar ao que foi dito acima a teoria dos atos de fala e alguns princípios gerais de conversação, conforme destaca Searle (2002, p.55).

Na teoria dos atos de fala, há a indicação de que cada tipo de ato ilocucionário tem condições próprias e necessárias para a sua realização que, por consequência, será indicativo da condição de ato de fala feliz ou bem sucedido ou mesmo infeliz. Tomemos como exemplo os atos de fala diretivos. Temos nesse tipo de ato o desejo ou a vontade do falante de que o ouvinte realize determinada coisa, esse desejo ou essa vontade será sua condição de sinceridade ou estado psicológico. A capacidade ou habilidade que o ouvinte possui para realizar A é a condição preparatória e a predição de A a respeito do ouvinte é a condição de conteúdo proposicional. Embora, Searle esteja se referindo aos atos de fala indiretos de alguma forma convencionalizados, ele estende sua explicação a todos os tipos de atos de fala indiretos, propondo para isso quatro generalizações conforme se segue:



Generalização 1: F<sup>14</sup> pode fazer um pedido indireto (ou outro diretivo) perguntando se ou enunciando que uma condição preparatória relativa à habilidade de O fazer A é satisfeita.

Generalização 2: F pode realizar um diretivo indireto perguntando se ou enunciando que a condição do conteúdo proposicional é satisfeita.

Generalização 3: F pode realizar um diretivo indireto enunciando que a condição de sinceridade é satisfeita, mas não perguntando se ela é satisfeita.

Generalização 4: F pode realizar um diretivo indireto enunciando que ou perguntando se há razões boas ou cabais para fazer A, exceto quando a razão é que O quer ou deseja, etc. fazer A, caso em que pode apenas perguntar se O quer, deseja, etc. fazer A (SEARLE, 2002, p. 74).

Essas generalizações não são regras dos atos de fala ou da conversação, antes derivam de regras, como aquelas apresentadas acima, na lista de condições de realização dos atos de fala, no item taxonomia de Searle, acrescidas com algumas informações de base e os princípios gerais de conversação.

Podemos citar como exemplo o enunciado “Você poderia passar o sal?” Segundo a generalização 1, temos que F realiza um diretivo indireto (um pedido) perguntando pela capacidade do O realizar A (passar o sal). Nesse exemplo o ouvinte ouve o enunciado como um pedido e não como uma pergunta sobre sua capacidade de realizar a tarefa. Entretanto, isso não vale para todas as perguntas sobre a capacidade ou a habilidade do ouvinte, pois, algumas perguntas, dependendo do contexto da emissão, são apenas perguntas sobre sua capacidade ou habilidade.

Mesmo Searle não considera a teoria dos atos de fala ou a noção de atos de fala indiretos como algo definitivo visto que ele não nega a existência de vários problemas como por exemplo:

os mecanismos pelos quais os atos de fala indiretos são significados e compreendidos – tendo a ver com a teoria dos atos de fala, os princípios de conversação cooperativa e a informação de base compartilhada – e não estão vinculados a nenhuma forma sintática particular, então porque algumas formas sintáticas funcionam melhor do que outras? (SEARLE, 2002, p. 79).

## 8 Alguns exemplos de análises

Foram escolhidos alguns textos para exemplos de atos de fala, isto é, estes textos serão considerados em seu todo como um ato de fala, ou um macroato de fala, para serem

---

<sup>14</sup>- F – falante, O – ouvinte, A – coisa a ser feita ou realizada.

analisados segundo a teoria que foi pontuada acima, considerando algumas de suas noções mais importantes. Tais exemplos foram escolhidos aleatoriamente e distribuídos neste texto como se segue:

**a) Um texto piada:**

**Piada**

**Dois sujeitos preguiçosos**

Depois do almoço, dois sujeitos se rendem à preguiça e deitam na rede.

– Será que está chovendo? – o primeiro pergunta.

– Não sei, ué.

– Vai lá fora dar uma olhada!

– Vai você...

– Vou não. Estou cansadão!

– Então chame o cachorro.

– Chama você!

– Ô, Totó!

O cachorro chega ao quintal.

– E então, descobriu se está chovendo? – Pergunta o segundo.

– Está não. O cachorro está sequinho!

(SESSÃO EXTRA, Segunda feira, 19 de Janeiro de 2015, p. 2).

Este texto tem como tema central a estratégia usada por dois sujeitos preguiçosos para descobrirem se está ou não chovendo. Assim temos que a partir da primeira frase “Depois do almoço, dois sujeitos se rendem à preguiça e deitam na rede. [...]”. Inicia-se logo após, um diálogo a partir da curiosidade de um dos sujeitos, personagens da história, a respeito do tempo com a pergunta: “Será que está chovendo?”. Como o segundo participante do diálogo responde que não sabe a resposta e ambos se recusam a deixar a rede e ir olhar se está chovendo, um deles teve a ideia de chamar o cachorro, quando o cachorro chega, eles o olham e constatarem que não está chovendo uma vez que o cachorro não está molhado.

Em princípio, podemos classificar esse texto, a partir da frase inicial “Depois do almoço, dois sujeitos se rendem à preguiça e deitam na rede.”, como uma asserção, visto que este ato de fala compromete o falante em algum grau com as condições de verdade, podendo ser avaliado como verdadeiro ou falso. O falante acredita na sua proposição, nesse exemplo o

narrador do texto julga como certo que os dois rapazes que se deitam à rede após o almoço são preguiçosos.

Essa categoria de atos de fala possui ainda a direção de ajuste palavra-mundo, isto é, busca adequar a palavra ao mundo. O ato de fala será verdadeiro se somente se os dois sujeitos forem preguiçosos.

O diálogo que se segue à primeira frase é uma sequência de atos diretivos, isto é, cada falante em seu turno tenta induzir o ouvinte a realizar uma ação determinada. A intenção ou o propósito do ato de fala para ambos os sujeitos é a curiosidade em relação ao tempo. Sendo assim, no interior desse texto existem dois atos de fala, o primeiro, como já dissemos, é um diretivo sendo este um ato secundário e expresso de maneira literal, enquanto o segundo é um expressivo indireto indicando a preguiça que cada um deles sentia e a intenção de permanecerem deitados na rede. Caracteristicamente, a verdade expressa neste ato é pressuposta tendo a direção de ajuste nula. Este expressivo é também um ato primário, ou seja, um ato que direcionou o diálogo.

O texto tomado como um todo, como uma publicação em uma seção de jornal pode ser classificado como um expressivo, cujo conteúdo proposicional é divertir o leitor, visto que esse ato também atribui uma propriedade ao falante ou ao ouvinte, não se tratando necessariamente de uma ação. A intenção do falante/autor em promover diversão no ouvinte/leitor pode ser inferida a partir do significado da palavra “piada” que é o título da publicação. O termo “piada” convencionalmente tem seu significado ligado ao humor, por isso muitos discursos veiculados nesses tipos de publicações servem apenas de pretextos para realização do ato de fala expressivo, este ato de fala é indireto e é de certa forma convencional.

No exemplo que estamos analisando temos também, um diretivo indireto, pois ao tentar provocar risos o autor procura interferir em um estado emocional do leitor, com um segundo objetivo que é levar o leitor – um consumidor em potencial – a exercer a atividade de consumo, embora, essa não seja a atribuição primária do autor. Ainda assim, podemos dizer que a piada funciona a primeira vista como uma distração, mas tem como um dos objetivos que o leitor adquira outro exemplar do jornal, além dos produtos anunciados por patrocinadores.

A felicidade desses atos de fala leva em conta o contexto linguístico e não linguístico do falante/autor e do ouvinte/leitor. Isto é, ambos, falante e ouvinte, possuem conhecimentos

prévios relativos ao modo de funcionamento da troca linguageira, ou seja, o autor se utiliza do jornal como veículo para alcançar o leitor. Este, por sua vez, atribui à publicação jornalística certo conteúdo proposicional inferido das palavras títulos das seções ou cadernos que compõem o jornal. Essa interação comunicacional está situada em um contexto amplo que abarca ações e consequências no âmbito social e cultural, ou seja, neste exemplo, o intercâmbio social e cultural contribui para a definição e aceitação do humor.

### b) Uma tira da Turma da Mônica



Uma tira ou tirinha é uma publicação regular geralmente divulgada em jornais ou revistas e ultimamente em páginas da *internet*. Nessa tira, a mãe do Cebolinha enaltece a iniciativa do filho em participar de uma manifestação que tem por objetivo o fim da poluição, conforme podemos observar no primeiro quadro na frase dentro do balão, especificamente pela semântica das expressões “Muito bem, Cebolinha” e “acho ótimo”. Entretanto, ela chama sua atenção para que Cebolinha arrume seu próprio quarto antes de sair para a manifestação.

O efeito de humor nessa tira é provocado pela reação inesperada da mãe do Cebolinha que, diante de uma pretensa ação nobre por parte do filho, aponta-lhe o quarto em desordem e lhe ordena que o arrume. Complementado ainda com a fisionomia do Cebolinha que, no primeiro quadro, está feliz e empolgado com a participação iminente na manifestação, enquanto no segundo se mostra abatido, pois a frase de sua mãe que diz “mas primeiro o seu quarto, depois o mundo!”, leva o leitor da tira a pensar que, para o Cebolinha, seria mais fácil mudar o mundo do que organizar seu quarto.

No balão do primeiro quadro temos o enunciado: “Muito bem, Cebolinha! Acho ótimo vocês fazerem uma manifestação dessas!” temos um ato de fala que se enquadra na categoria dos atos expressivos. O conteúdo proposicional desse tipo de ato se caracteriza por expressar

um estado psicológico, tal estado está presente na condição de sinceridade, isto é, identificamos a condição de sinceridade pelo que foi especificado no conteúdo proposicional, neste caso o enunciado analisado possui como condição de sinceridade o conteúdo da proposição que é de congratulação. Temos que a verdade que se expressa nesse exemplo é pressuposta.

Podemos pontuar também que a direção de ajuste é nula, isto é, esse ato de fala não ajusta o mundo à palavra e tampouco a palavra ao mundo.

Quanto ao enunciado expresso no segundo quadro, “mas primeiro seu quarto, depois o mundo!” podemos classificá-lo como um Diretivo, visto que a força ilocucionária desse ato de fala é caracterizada pela tentativa do falante em levar o ouvinte a realizar alguma coisa. A mãe do Cebolinha, ao apontar o quarto desarrumado e colocar como pré-requisito que primeiro deve arrumar o quarto para depois participar de uma manifestação, tenta fazer com que seu filho arrume o quarto. Ela está expressando um estado psicológico que é a vontade ou o desejo. Então, podemos dizer que este é o propósito do ato de fala.

Tal ato de fala tem a direção de ajuste mundo-palavra. O Cebolinha é contestado em seu ímpeto de sair para a rua, a menos que atenda ao pedido de sua mãe e organize seu quarto.

A interpretação da tira como um todo exige do leitor certos conhecimentos que podem ir para além do linguístico, pois, conforme foi visto, houve uma interação entre o enunciado escrito e os desenhos que constituem um pano de fundo ou um contexto para a produção dos atos de fala propriamente ditos. A análise feita neste exemplo buscou ressaltar o intercâmbio entre as condições de satisfação com a intenção e interlocução do falante, assim, no último quadro, a expressão de desânimo do Cebolinha olhando seu quarto nos mostra que ele compreendeu a intenção de sua mãe de levá-lo a realizar determinada tarefa. Assim, podemos dizer que o ato de fala ilocucionário foi feliz ou bem sucedido em ambos os casos analisados.

### **c) Manchete de jornal**

O jornal Estado de Minas em onze de Maio de 2015 trouxe em sua capa a seguinte manchete “Minas na guerra fiscal”, que tomaremos como exemplo para as nossas análises de atos de fala.

A manchete aparece em letras grandes, maiúsculas e em negrito acompanhada de um complemento explicativo, conforme se segue:

### **“MINAS NA GUERRA FISCAL”**

“Governo estuda mecanismos para enfrentar concorrência de outros estados”

Observamos nessa manchete o um ato de fala que pode ser classificado como Assertivo. O autor do enunciado se compromete em certo grau com a verdade expressa por esse ato, pois uma das características dos assertivos é a possibilidade da avaliação de verdadeiro ou falso.

A direção de ajuste deste tipo de ato de fala é palavra-mundo, isto é, o falante pretende que seu enunciado se ajuste ao mundo. Afinal, nesse exemplo de manchete, o autor diz que há uma guerra fiscal entre os Estados brasileiros e que o Estado de Minas Gerais participa dessa guerra. Sendo assim, o ato de fala será verdadeiro apenas se realmente estiver acontecendo a guerra fiscal mencionada. A condição de verdade ou o estado psicológico é a crença, o falante acredita que há uma guerra fiscal acontecendo.

Este ato de fala é indiretamente um ato de fala diretivo, ou seja, o falante está realizando um diretivo indireto, conforme expresso na segunda generalização, explicitada acima, em que se observa que o falante, ao enunciar a condição do conteúdo proposicional como satisfeita, realiza um ato de fala diretivo de maneira indireta. Nesse caso, ao enunciar que existe uma guerra fiscal e que o Estado de Minas Gerais participa abertamente dessa guerra o falante/autor tenta induzir o ouvinte/leitor a se tornar mais um comprador do jornal, ou pelo menos mais um exemplar que continue tratando do mesmo assunto, para isso, ele (o falante) busca aguçar a curiosidade e o interesse do leitor sobre o tema, isto se caracteriza como a intenção do falante/autor.

Podemos destacar alguns indícios que nos permitiram interpretar como sendo essa a possível intenção do autor. Em primeiro lugar, deve-se observar que o formato e o espaço ocupado pela manchete a coloca como o assunto principal a ser tratado pelo jornal nesse dia. Em segundo lugar, a manchete sugere que o governo mineiro pretende enfrentar a concorrência com os outros Estados com o objetivo de atrair mais investimentos para Minas

Gerais e, conseqüentemente, diminuir o desemprego no estado. Considere o resumo da reportagem apresentada pelo autor logo abaixo da manchete

Para conter a queda dos investimentos da iniciativa privada, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico prepara pacote de ações, que passam pela redução de impostos e incentivo ao modelo de parceria público-privado. O objetivo é a atração de aportes financeiros do setor empresarial e tentar superar os R\$ 12 bilhões anunciados no ano passado e a geração de 81,7 mil empregos diretos (Estado de Minas, 11/05/2015).

O falante/autor considera ou acredita que a questão de investimentos e de geração de empregos seja um assunto importante para seus leitores, sendo assim, a manchete é na sua forma literal expressa, um assertivo e, indiretamente, por parte do suporte de veiculação da notícia, ou o jornal, um diretivo, pois, o falante também está expressando um estado psicológico que é a vontade ou o desejo de que o leitor adquira o jornal e leia a reportagem completa que está no interior do mesmo.

**d) Lei N° 8.662**

Neste exemplo, será utilizado um fragmento da Lei N° 8.662, que regulamenta a profissão de Assistente Social, segundo a legislação brasileira vigente.

**Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI N° 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993.**

Dispõe sobre a profissão de  
Assistente Social e dá outras  
providências

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1° É livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta lei.

Art. 2° Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I - Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;

II - os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil;

III - os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

Parágrafo único. O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta lei.

Nesse exemplo, destaca-se o ato de fala declarativo, cujas características principais podem ser descritas como (a) a capacidade de produzir uma correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade, (b) a direção de ajuste dos declarativos é tanto palavra-mundo como mundo-palavra e (c) a condição de sinceridade não existe.

Em relação ao enunciado “O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:”, o falante produz um ato de fala que faz existir um estado de coisas no mundo que anteriormente não existia, a saber, a regulamentação de uma profissão. Esta significação ocorre, principalmente, pelo significado das palavras “decreta” e “sanciono”. Entretanto, isso não é suficiente como podemos ver na apresentação do conceito de ato Declarativo, quando se considera a Taxonomia de Searle, exposta anteriormente. Algumas das condições para a realização bem sucedida desses tipos de atos de fala têm a ver com o contexto de produção do mesmo.

Essa lei assegura o livre exercício da profissão desde que observada algumas condições, ou seja, estabelece critérios de adequação para o postulante à profissionalização. Sendo assim, ao cumprir os desígnios previstos na lei, o pretendente se torna reconhecidamente apto a exercer a profissão.

Podemos dizer então que, o ato de fala em questão possui a força ilocucionária de um declarativo porque ele foi produzido em conformidade com algumas circunstâncias como o Brasil é uma República, com um presidente em exercício, além disso, no Brasil há um Congresso Nacional, onde os projetos de leis obedecem a certos trâmites legais, mas também



as leis devem ser sancionadas, após serem criadas e aprovadas no Congresso Nacional, pelo presidente da República. Ainda, o Congresso Nacional tem a prerrogativa de decretar leis que, após a sanção do presidente da República, conformam o ato de fala com a realidade, o que significa dizer, nesse exemplo, que a profissão de Assistente Social passa a existir como tal.

Um dos aspectos que faz desse ato de fala um Declarativo refere-se ao fato de o ouvinte reconhecer como existente e verdadeiro o estado de coisa produzido no mundo. É o conhecimento partilhado, a capacidade de inferência e a existência do Estado constituído como uma Instituição que legitima a ação produtora da realidade via ato de fala. Ou seja, uma vez que as condições de satisfação foram atendidas, esse ato de fala é considerado um ato bem sucedido e, a partir da publicação da lei, a profissão de Assistente Social se torna oficialmente existente.

#### **e) Fala de um político**

Nessa análise dos atos de fala produzidos em contextos diferentes, por fim, destacamos como exemplo uma enunciação política, mais precisamente, a fala de um vereador de Belo Horizonte, preocupado com a proposta de reforma política em andamento na Câmara dos Deputados em Brasília, presidida pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Destacaremos a fala de Ronaldo Gontijo (PPS), um dos vereadores mais antigos da Câmara, cujo ato de fala foi produzido em meio a uma expectativa sobre a possibilidade de mudança no sistema eleitoral brasileiro. A possível aprovação na Câmara dos Deputados do voto distrital, ou distritão, para municípios com mais de 200 mil habitantes está deixando preocupados os vereadores de Belo Horizonte. Eles temem que a mudança possa trazer dificuldades para reeleições e também preveem que quase metade dos vereadores poderá mudar de partido.

O texto seguinte, atribuído ao vereador Ronaldo Gontijo, foi publicado no jornal Estado de Minas em onze de maio de 2015, em reportagem assinada por Flávia Ayer.

#### **Frase de Ronaldo Gontijo (PPS), vereador Belo Horizonte.**

**“Ninguém sabe o que vem por aí. Ele (o distritão) enfraquece muito os partidos, pois o que vale é só o número de votos que o candidato recebeu. Ao longo dos anos, a**

**política deixou de ser de ideologia, de postura, de debate. Só se pensa na próxima eleição”.**

Essa fala do vereador pode ser interpretada como um Expressivo e, indiretamente, como um Diretivo sobre a reforma política em pauta. Primeiramente, temos o enunciado “Ninguém sabe o que vem por aí.”, que aponta a insegurança em relação à manutenção do sistema eleitoral em vigor. E, no segundo enunciado “Ele (o distritão) enfraquece muito os partidos, pois o que vale é só o número de votos que o candidato recebeu.”, o político mostra-se preocupado com o enfraquecimento dos partidos. Enquanto, no enunciado seguinte “Ao longo dos anos, a política deixou de ser de ideologia, de postura, de debate. Só se pensa na próxima eleição.”, o vereador belo-horizontino se queixa dos possíveis rumos da política e que pode culminar na proposta de reforma política em discussão na Câmara dos Deputados.

Consideremos o segundo enunciado como central ao parágrafo ou ao dizer de Ronaldo Gontijo. Esse enunciado é preparatório para os enunciados seguintes, o terceiro e quarto, que seriam suas consequências. Podemos dizer então, que se trata de um ato de fala Expressivo. Caracteriza esse ato de fala a pressuposição da verdade expressa por esse dizer, bem como a direção de ajuste nula. O que o falante está expressando nesse ato ilocucionário é seu sentimento, ele se lamenta dos acontecimentos recentes na política em âmbito nacional.

Em segundo lugar, esse ato de fala Expressivo foi produzido para dizer algo mais, além de si mesmo. Ou seja, o falante ao realizar o ato Expressivo intencionou realizar um Diretivo indireto. Isto é, ao se lamentar da possibilidade de mudança no sistema eleitoral brasileiro, Gontijo critica a proposta que está sendo debatida em Brasília.

Caracteristicamente o ato de fala Diretivo é uma tentativa do falante em induzir o ouvinte a realizar alguma coisa. Com o enunciado que tomamos como exemplo, o vereador expressa seu desejo ou a sua vontade de que os deputados votem contra o projeto de mudança. Para ele, o sistema eleitoral atual chamado de Sistema Proporcional não necessita de mudanças, uma vez que nesse sistema o

eleitor vota no candidato, mas as vagas são preenchidas conforme proporção dos votos obtidos por partidos ou coligações. Quanto mais votos um partido ou coligação acumula, mais vagas ele conquista. Depois de definido o número de cadeiras para cada legenda, elas são distribuídas aos candidatos mais votados (AYER, Estado de Minas 11/05/2015).

Enquanto a proposta denominada Distritão, segundo Gontijo, causaria entre outras coisas o enfraquecimento dos partidos, decretando o fim das ideologias e dos debates, ao

priorizar apenas o número de votos necessários para eleger o candidato, visto que o partido ou a coligação não acumularia mais vagas. Afinal, no sistema Distritão

os candidatos mais votados são eleitos seguindo a mesma lógica das disputas para os cargos de prefeito, governador, senador e presidente da República. Se o distritão fosse aplicado nas últimas eleições da Câmara, sete vereadores, com votação inferior a 5.905 votos, teriam ficado sem mandato (AYER, Estado de Minas 11/05/2015).<sup>15</sup>

Esse Diretivo indireto não é considerado como institucionalizado ou convencional, uma vez que o ouvinte necessita movimentar um conhecimento de mundo que não está diretamente ligado ao ato de fala. Esse ato de fala não apresenta uma palavra ou expressão convencionalizada que “guie” semanticamente o ouvinte. Entretanto, o ouvinte traduz ou compreende o enunciado literal onde o vereador expressa sua preocupação com os atuais acontecimentos políticos como uma crítica à mudança no sistema eleitoral. Para isso, o falante e o ouvinte partilham de informações linguísticas e extralinguísticas combinadas com a capacidade de raciocínio e de inferência.

Observam-se, também, nesse Diretivo indireto os preceitos da generalização quatro, isto é, o falante ao enunciar que “Ele (o distritão) enfraquece muito os partidos...” está expondo as razões para não se fazer algo e, ao mesmo tempo, afirma que não há razões suficientes para se realizar qualquer mudança.

---

<sup>15</sup>- As citações referentes aos sistemas Proporcional e Distritão, possuem informações oriundas, segundo Ayer, da Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral.

## CAPÍTULO III

### ANÁLISE PRAGMÁTICA CONTEXTUAL, SOB A ÓPTICA DE VAN DIJK

#### 1 A análise de contexto, segundo van Dijk: abordagem pragmática

A análise contextual que para o momento apresentamos, objetiva explicitar o valor de adequação ou inadequação de um ato de fala produzido em um determinado contexto. Tomaremos para esse exame, principalmente, alguns textos produzidos por van Dijk (1992), nos quais se trabalha sob a perspectiva linguístico/cognitivista. Na abordagem vandijkiana, assim como em outros autores, por exemplo, em Bakhtin (1988), propõe-se uma interação dialógica, isto é, em um contexto social um enunciado pode ser considerado como uma resposta a enunciados anteriores e, espera-se ao mesmo tempo, como resposta a outros possíveis enunciados. Temos que os fenômenos discursivos são também, explicados em sua dimensão social (componente do contexto geral). Tal ponto de vista permite o surgimento de várias teorias formais (filosóficas e ou linguísticas) que tratam das nuances da situação social contextual. Para os intentos desta pesquisa, as abordagens de Searle e van Dijk nos serão suficientes.

A análise contextual desenvolvida em VAN DIJK (1992) está fundamentada na pragmática. Nessa obra o autor divulga um ensaio, inicialmente publicado em 1981, intitulado *Contexto e cognição* onde ele expõe as conexões existentes entre a compreensão dos atos de fala e os *frames* de conhecimento, sendo esses últimos considerados como base para uma análise contextual dos atos de fala. O objetivo dos pontos teóricos apresentados pelo autor é explicitar os “principais componentes de um esquema de análise contextual utilizados pelos usuários da língua para avaliar que ato de fala é realizado e se esse ato de fala é adequado ao contexto – ou pertinente à análise contextual do ouvinte” (VAN DIJK, 1992, p. 85). Para isso, o linguista diz que o contexto de comunicação fornece informações sobre o falante e o ouvinte e que tais informações são organizadas em termos de *frames*.

Notemos também que Charles Morris e Mário Bertolini (1938) trabalharam com o termo ‘pragmática’ buscando compreender significados linguísticos a partir de contextos extralinguísticos como a situação de surgimento da fala, por exemplo. Este termo possui significação equivalente ao estudo da linguagem em uso, (conforme abordagem do primeiro

capítulo). Sendo assim, o significado linguístico emerge da interação entre interlocutores, levando-se em conta o contexto de ocorrência dos atos de fala, isto é, o contexto do enunciado, os aspectos socioculturais, além dos objetivos, os efeitos e as consequências do uso prático da linguagem.

Podemos destacar também que, para van Dijk, a “teoria pragmática dificilmente busca inspiração na lógica. Se inspira principalmente na filosofia da linguagem e na teoria dos atos de fala (*speech acts*) em particular”<sup>16</sup> (VAN DIJK, 1980, P. 270). Sobre esta relação entre a pragmática e a filosofia da linguagem, segundo as palavras do linguista, temos que

A sintaxe proporciona as condições de uma boa formação para as expressões, a significação semântica e as condições de referências; que CONDIÇÕES PRAGMÁTICAS fazem ACEITÁVEIS as expressões? A resposta da filosofia da linguagem está baseada na consideração de que a produção de frases é um ATO, que pode ser SATISFATÓRIO ou não. Assim, enquanto a gramática fornece uma explicação de porque é aceitável o objeto-expressão, uma das tarefas da pragmática é proporcionar as condições de satisfatoriedade<sup>17</sup> para o ato-expressão e explicar sobre o que tal ato pode ser um componente no transcorrer de uma interação em que ele é aceito ou rejeitado por outro agente<sup>18</sup> (VAN DIJK, 1980, p. 271)<sup>19</sup>.

Em outras palavras dizemos sobre os objetivos de uma teoria da pragmática, que ela, de alguma forma, terá a tarefa de estudar “as relações entre os signos e seus usuários”<sup>20</sup> (VAN DIJK, 1980, p. 270). Em outros termos, a respeito dos atos de fala, tal tarefa dará conta então de

“colocar” estes atos em uma situação e formular as condições que estipula quais expressões são satisfatórias e em que situações. Ou seja, precisamos de uma caracterização abstrata desta “situação de interação da fala”. O termo técnico que usaremos para tal situação será o de CONTEXTO. Igualmente

<sup>16</sup> - No original: “La teoría pragmática dificilmente ha buscado la inspiración en la lógica. Se inspira principalmente en la filosofía del lenguaje y en la TEORÍA DE LOS ACTOS DE HABLA (*speech acts*) en particular”.

<sup>17</sup> - Sobre o termo “satisfatoriedade” seria uma propriedade que descreve a capacidade/propriedade de oferecer as condições de satisfação, enquanto, “satisfação”, para o autor, a situação concreta em que se dá o ato de linguagem.

<sup>18</sup> - No texto em espanhol: “La sintaxis (y lamoño-fonología) proporciona las condiciones de buena formación para las expresiones, la significación semântica y las condiciones de referencia; ¿qué CONDICIONES PRAGMÁTICAS hacen (IN-)ACCEPTABLES las expresiones? La respuesta de la filosofía de lenguaje se ha basado en la consideración de que la producción de las frases es un ACTO, que puede ser SATISFATORIO o no. Por eso, mientras la gramática proporciona una explicación de por qué es aceptable el OBJETO-expresión, una de las tareas de la pragmática es proporcionar las condiciones de satisfatoriedad para la expresión-ACTO y explicar respecto a qué tal acto puede ser un componente en un transcurso de interacción en el que o es aceptado o rechazado por otro agente”.

<sup>19</sup> - Ainda segundo Van Dijk, esta explicação foi baseada nas obras principais de Austin e Searle.

<sup>20</sup> - No texto em espanhol: “la pragmática tendrá la tarea de estudiar «las relaciones entre los signos y sus usuarios»”

precisamos de um termo específico para assinalar a “satisfatoriedade pragmática sistemática” de uma expressão, por que há muitos outros aspectos de satisfação (gramatical, também psicológico e sociológico). Para a satisfação pragmática será usado o termo ADEQUAÇÃO. Agora as condições de adequação devem ser dadas as propriedades abstratas de contextos, indicadas nos exemplos de ESTRUTURAS PRAGMÁTICAS <sup>21</sup> (VAN DIJK, 1980, P. 272)<sup>22</sup>.

Em relação ao cognitivismo e à pragmática temos que “uma teoria cognitiva do uso linguístico constitui um componente fundamental de uma teoria integrada da interação comunicativa através de uma língua natural” (VAN DIJK, 1992, p. 74). Essa teoria, conforme a abordagem feita por van Dijk, deverá nos

oferecer *insights* não apenas sobre os processos e estruturas envolvidos na produção real, compreensão, armazenamento, reprodução e outros tipos de processamento das sentenças e discursos, como também sobre as formas de planejamento, execução e compreensão dos atos de fala (VAN DIJK, 1992, p. 74).

Ainda, buscando compreender as condições de adequação dos atos de fala em seus respectivos contextos de ocorrência, van Dijk destaca a noção de sistema ou *frames* de conhecimento. Para o autor, o conjunto de crenças, desejos, preferências, normas e valores, ou seja, “os sistemas<sup>23</sup> de conhecimento convencional desempenham um importante papel para essa adequação” (VAN DIJK, 1992, p. 74).

## 2 Condições pragmáticas

Em VAN DIJK (1992), podemos observar uma articulação entre as teorias da pragmática e a cognição. Quanto às condições pragmáticas, ou condições de adequação dos atos de fala destacaremos que, para o autor tais categorias possuem uma natureza cognitiva, pois, incluem, entre outras, condições como:

---

<sup>21</sup>- No texto em espanhol: “a tarea de la pragmática sería entonces «colocar» estos actos en una situación y formular las condiciones que estipulan qué expresiones son satisfactorias en qué situaciones. Esto es, precisamos una caracterización abstracta de esta «situación de la interacción del habla». El término técnico que usamos para tal situación será el de CONTEXTO. Igualmente, precisamos un término específico para señalar la «satisfatoriedade pragmática sistemática» de una expresión, porque hay muchos otros aspectos de satisfacción (gramatical, pero también psicológico y soeológico). Para la «satisfacción pragmática» será usado el término ADECUACIÓN (*appropriateness*). Ahora, las condiciones de adecuación deben darse a propiedades abstractas de contextos, especificadas en “ESTRUCTURAS MODÉLICAS PRAGMÁTICAS”.

<sup>22</sup>- Grifos do autor.

<sup>23</sup>- Tais sistemas são tratados por *frames*, nos trabalhos desenvolvidos na inteligência artificial.

- i. O falante sabe que P
- ii. O falante acredita que P
- iii. O falante quer que P
- iv. O falante considera bom que P ((VAN DIJK, 1992, p. 75).

Essas condições estão em evidência porque são necessárias para a elaboração de regras pragmáticas que envolvem a compreensão das relações de autoridade, poder, papel e polidez. Também, segundo o autor, essas regras atuam sobre bases cognitivas. São, pois, “relevantes na medida em que os participantes têm conhecimento dessas regras, podem usá-las e são capazes de relacionar suas interpretações sobre o que está ocorrendo na comunicação às características sociais do contexto” (VAN DIJK, 1992, p. 76).

Tal relação entre interpretação do evento comunicativo com fatos e/ou características presentes no contexto social, acontece porque, mutuamente, no contexto (social) encontra-se a interação comunicacional ou discursiva. Nas palavras de van Dijk“ [...] a estrutura do contexto social, se verá na estrutura do discurso e que reciprocamente, a estrutura do discurso se verá no contexto social”<sup>24</sup> (VAN DIJK, 1996, p. 110).

### 3 Força ilocucionária

Dentro do processo comunicativo interacional, podemos dizer que na abordagem pragmática vandijkiana, fica estabelecido que a compreensão pragmática como teoria, faz parte de uma teoria cognitiva de processamento de informação. Também, que a compreensão pragmática “constitui-se de uma série de processos, através dos quais os usuários da língua, reciprocamente, atribuem aos seus enunciados atos convencionais particulares, isto é, forças ilocucionárias” (VAN DIJK, 1992, p. 76). Compreende-se que o ouvinte possa atribuir determinada força ilocucionária a um ato de fala, ou seja, ele (o ouvinte) será capaz de diferenciar os tipos de enunciados, por exemplo: quando está se tratando de uma ameaça ou uma promessa.

Para que isso aconteça, algumas informações devem ser passadas para o ouvinte. Segundo van Dijk (1992) tais informações podem vir de lugares diferentes encontramos nesta obra alguns exemplos desses possíveis lugares de informações da qual, transcreveremos alguns deles:

---

<sup>24</sup>- No texto em espanhol: "(...) que la estructura del contexto social, se verá en la estructura del discurso y que, recíprocamente, la estructura del discurso se verá en el contexto social".

- a. Propriedades das estruturas dos enunciados (como quando determinadas por regras gramaticais);
- b. Propriedades paralinguísticas, tais como velocidade, ênfase, entoação, tom, etc., além de gestos, expressões faciais, movimentos corporais, etc.;
- c. Observação/percepção real do contexto comunicativo (presença e propriedade dos objetos, pessoas, etc.);
- d. Conhecimentos/crenças já armazenados na memória a respeito do falante e suas idiossincrasias, ou sobre outras características da situação social; [...]. (VAN DIJK, 1992, p. 77).

Embora, essas e outras informações possam contribuir para a formação de uma base do entendimento semântico, elas não são inteiramente suficientes para o ouvinte determinar o sentido do enunciado. Conforme podemos acompanhar nas palavras de van Dijk: “frequentemente somos incapazes de atribuir uma força ilocucionária definitiva com base apenas em uma compreensão (semântica) do enunciado (sentença)” (VAN DIJK, 1992, p. 77).

De forma mais precisa, a força ilocucionária poderá ser definida pelo contexto comunicativo. Isto é, quando as informações são detectadas pelo ouvinte através de intrincados “processos de compreensão de atos precedentes, enunciados, observações e suposições já armazenadas ou inferidas, etc.” (VAN DIJK, 1992, p. 77).

#### 4 *Frames*

Van Dijk usa o termo *frame* para se referir ao conjunto de informações usadas pelo ouvinte na compreensão pragmática do ato de fala. Os *frames* são uma forma de organização de tais informações ou conhecimentos, são sistemas conceituais, ou melhor, unidades de conhecimento. “Ademais, os *frames* parecem ter uma natureza mais ou menos convencional e, portanto, deveriam especificar o que é característico ou típico em uma certa cultura” (VAN DIJK, 1992, p. 78). Van Dijk define os *frames*, também chamados *scripts*, em relação a alguns episódios da vida cotidiana como ir ao cinema ou viajar de trem. “Embora devamos também chamar de *frames* o conjunto de unidades epistemológicas que temos sobre livros, bolas e bananas” (VAN DIJK, 1992, p. 78). O autor não entra em detalhes sobre a questão conceitual, ou se detém em definições detalhadas sobre os *frames*, entretanto, a abordagem apresentada por ele, como expomos no primeiro capítulo, deverá ser suficiente para nossos objetivos.

Há uma relação bastante complexa entre os atos de fala e os *frames*, segundo os escritos de van Dijk (1992), que pode ser resumida na seguinte indagação do próprio autor: “A questão que surge em relação à teoria pragmática é então: Em que sentido podemos



considerar os atos de fala como *frames*?” (VAN DIJK, 1992, p. 78). Nesse sentido, van Dijk observa:

Obviamente, atos de fala são atos e eles também têm uma natureza convencional. Sabemos, intuitivamente, como prometer alguma coisa ou como parabenizar alguém, e este conhecimento é claramente uma parte do nosso conhecimento de mundo. Porém, em que sentido nosso *frame* – ‘promessa’ – organizará nosso conhecimento de mundo de forma diversa do nosso conhecimento sobre bananas ou latidos, isto é, no sentido de que nós, ‘conhecemos’ o primeiro ao ‘vermos’ e o outro ao ‘ouvirmos’<sup>25</sup>? [...].

Embora a execução adequada de ato de fala envolva uma série de condições e, apesar de haver formas de promessas e ameaças, **não vemos, em princípio, nenhuma razão para que um simples ato de fala constitua um *frame***<sup>26</sup> (e não, por exemplo, sorrir ou bater). O único princípio organizador envolvido é o de relacionar certos propósitos, intenções e certas ações (enunciados com determinadas propriedades) a estados e eventos contextuais. (VAN DIJK, 1992, p. 78-79).

O autor não afirma que um ato de fala seja um *frame*, conforme grifamos na citação acima, mas ele destaca que os atos de fala estão, intimamente, associados aos *frames*, pois existem certas sequências de atos de fala que possuem caráter convencional ou ritual, por exemplo, conferências ou pregações. Também, a interpretação dos atos de fala pode estar embasada no conhecimento de mundo tipo *frame* (unidade de conhecimento). Por exemplo, os atos de fala como o batismo ou uma condenação. Tais atos de fala são convencionais. Sendo assim, a interpretação do enunciado *Eu o condeno a...*, por exemplo, é adequada quando é uma sentença proferida por um juiz em um julgamento, isto é, proferida em um determinado contexto. Dessa forma, o enunciado é parte de um *frame* institucional. Além disso, “a interpretação dos atos de fala exige conhecimento do que poderia ser chamado *meta-frames*: sabemos as condições gerais sob as quais as ações são realizadas com sucesso” (VAN DIJK, 1992, p. 79).

Podemos dizer então que, considerando as afirmações precedentes, e a posição do autor sobre o tema, o que decide, em parte, sobre as condições de adequação ou não dos atos de fala é o conhecimento de mundo e sua organização tipo *frame*.

## 5 Análise de contexto

Van Dijk (1992) traz uma discussão sobre a noção de contexto e sobre análises de contextos, exaltando a importância do contexto na interpretação e a interação comunicacional.

---

<sup>25</sup>- Grifos aspas simples do autor.

<sup>26</sup>- Grifo negrito nosso.

Ou seja, que a análise contextual deve explicitar a relação entre os atos de fala e seu contexto de produção. Como podemos observar abaixo:

Antes que os usuários da língua sejam capazes de relacionar as informações recebidas com o conhecimento linguístico mais geral e outros conhecimentos arquivados na memória, eles devem analisar o contexto em relação ao qual um determinado ato de fala é realizado (VAN DIJK, 1992, p. 80).

A noção de contexto é apresentada pelo autor como um princípio metodológico, como uma abstração teórica e cognitiva, isto é, “derivada da verdadeira situação físico-biológica, etc. Ou seja, um grande número de traços da situação são irrelevantes para a compreensão correta da força ilocucionária dos enunciados” (VAN DIJK, 1992, p. 80). Como por exemplo: a cor dos olhos ou cabelos da pessoa, a menos que estes sejam o tema. Outro ponto relativo à metodologia é o destaque sobre um aspecto da teoria cognitiva, este, apresenta também, estratégias e esquemas tomados como recursos de um rápido e funcional processamento de informação.

A definição das condições de adequação passa pela análise contextual. De certa forma podemos dizer que em uma provável análise do contexto de uma situação como, por exemplo: “se um estranho se aproxima de nós na rua, estaremos certos de que (globalmente) ele fará uma pergunta ou pedido e não de que ele nos fará um relato de sua vida amorosa, ou uma ameaça” (VAN DIJK, 1992, p. 81). Esta análise pressupõe uma compreensão pragmática do contexto, no qual esse será característico para um conjunto específico de atos de fala.

Para van Dijk (1992) uma análise que considere como parâmetro o que foi discutido até aqui, e que seja realizada com base em um contexto geral é necessária, embora, seja insuficiente. Pois, o contexto geral dará informações suficientes somente para que

o usuário da língua tenha apenas uma certa indicação em direção aos possíveis atos de fala que podem se seguir. A determinação definitiva de um ato de fala ocorre, naturalmente, após a compreensão do próprio enunciado e depois de serem relacionadas às informações derivadas da análise do contexto.

Nesse sentido, a compreensão pragmática se dá paralelamente ao processo relativo de compreensão semântica, no qual os discursos e conhecimentos prévios (semânticos) do contexto são importantes para a interpretação de cada sentença. Paralelamente à noção de pressuposição, então, podemos introduzir a noção de pré-condição pragmática, definida como uma propriedade contextual (VAN DIJK, 1992, p. 81).

Temos ainda, uma relação estreita entre a compreensão pragmática e a compreensão semântica, conforme vimos no segundo parágrafo da citação. Sobre a compreensão semântica, resumidamente, o contexto inicial de produção do ato de fala e no qual ele deve ser

interpretado contém um grupo de informações, tais como: “informações semânticas gerais (memória, *frames*); informações de estados finais, derivadas de eventos/atos imediatamente precedentes e (macro) informação global sobre todas as estruturas/processos interativos prévios” (VAN DIJK, 1992, p. 82).

Já em relação ao contexto social, van Dijk (1992) destaca sua importância ao afirmar que “a estrutura social relevante, assim como é mentalmente representada, deveria ser levada em consideração ao se analisarem os processos de compreensão pragmática” (VAN DIJK, 1992, p. 81-82). Socialmente os participantes de uma interação/comunicação em uma comunicação real, analisam principalmente a situação, em função de uma estrutura social convencional. Ou seja, na estrutura social o contexto possui algumas categorias como privado ou público. Também compreende papéis, *status*, idade, autoridade, entre outros. Assim, no grupo social da família, por exemplo, as relações de poder ou autoridade permitem que os pais mandem as crianças dormirem, enquanto que normalmente o contrário não acontece.

Para van Dijk (1992), a análise contextual acontece durante a compreensão pragmática do enunciado, de modo que essa análise

sugere que cada usuário da língua deveria levar em consideração as seguintes informações sobre esse contexto geral: seu tipo específico, o *frame* do contexto posto em relevância, as propriedades/relações das posições sociais, as funções e os membros envolvidos. Note-se que análise de um contexto particular em termos dos conceitos mencionados acima só é possível em relação ao conhecimento geral da estrutura social (VAN DIJK, 1992, p. 84).

Conforme tudo que se disse até aqui, podemos (re)afirmar, a importância que a análise contextual tem para a compreensão do ato de fala. Devemos acrescentar, no entanto, que para maior compreensão da pertinência do contexto, é preciso levar em consideração o fato de que isto abrange também, uma “auto-análise do ouvinte” (VAN DIJK, 1992, p. 85). Ou seja, para o autor,

o ouvinte para entender que um determinado ato de fala lhe é apropriado, ele deve estar consciente das suas próprias atitudes (prévias) e dos conhecimentos, desejos, atitudes e emoções subjacentes. Portanto, se em um determinado contexto alguém me oferece ajuda, eu devo estar consciente do fato de estar agindo de tal forma que tal oferecimento faça sentido, e que a oferta diga respeito a um objetivo que é provavelmente (parcialmente) idêntico ao meu próprio objetivo (VAN DIJK, 1992, p. 85).

Sendo assim, temos que o falante conhece informações sobre o mundo, a estrutura social geral e específica de si e sobre o ouvinte como coparticipante na interação comunicacional. Nesse sentido, o ouvinte determinará a adequação do ato de fala

considerando seu próprio conhecimento de mundo e de si mesmo. Portanto, “um falante só realiza um ato de fala de forma apropriada quando ele acredita que o contexto satisfaz as condições de tal ato de fala” (VAN DIJK, 1992, p. 86).

## 6 Exemplo de análise de van Dijk

Com base nos pressupostos teóricos resumidamente mostrados acima, van Dijk com o objetivo de ilustrar, apenas informalmente, a operacionalidade da análise contextual, apresenta alguns exemplos. Para atendermos aos objetivos deste trabalho transcreveremos, na íntegra, um dos exemplos, outro será apenas mencionado mais adiante.

Há um conjunto de possíveis contextos em que um enunciado pode ocorrer e ser compreendido como uma solicitação e, também considerado apropriado em termos de sua aparição dentro do contexto determinado, restringiremos essas possibilidades a um exemplo de contexto, qual seja, “fiscalização de Tíquetes”, comum em um trem ou em outros meios de transportes. Considere, então, o ato de linguagem

“Posso ver seu tíquete, por favor?”

Tipo de contexto social: Institucional público

*Frame*: Fiscalização de tíquetes

### A. Estrutura do *frame*:

- a) Cenário: trem (em movimento)
- b) Funções: F(x) fiscal de tíquetes  
G(y) passageiro
- c) Propriedades: x tem indicações visíveis de ser um fiscal da companhia de transporte; e/ou x pode identificar-se como fiscal da companhia; x realmente desempenha sua função como fiscal; y é claramente o possuidor do tíquete (p. ex.: ele não é uma criança viajando com os pais).
- d) Relação: F(x) tem autoridade sobre G(y)
- e) Posições (ver as funções): y é investigado por x  
x está investigando y

### B. Convenções do *frame* (regras, normas, etc.)

1. Cada passageiro deve ter um tíquete atualizado ao usar os transportes públicos.
2. Cada passageiro deve mostrar seu tíquete aos funcionários da companhia de transporte caso lhe seja solicitado.
3. O passageiro que não tiver um tíquete atualizado pagará uma multa de \$25.
4. Checar os tíquetes faz parte das obrigações de um fiscal.

Desenvolvimento contextual da ação (do falante)

Macroestrutura: x desempenha suas funções no trem que vai para z

Ações antecedentes: x foi para a estação (...)

- x está fiscalizando os tíquetes dos passageiros
- x vai/ver y

Nesse tipo de contexto, é bem provável que um enunciado como (deste exemplo) possa ser realizado satisfatoriamente como uma solicitação. Ou seja, o ouvinte concluirá que se trata de uma solicitação não apenas com base na estrutura do enunciado, como também porque as condições definidas pela estrutura social para a solicitação foram obedecidas.

Apenas os ouvintes que tenham conhecimento das informações contextuais serão capazes de julgar a validade do ato de solicitação e, conseqüentemente, atendê-lo.

Logo, se um dos traços contextuais não estiver presente, a solicitação poderá tornar-se falsa e, portanto, socialmente inaceitável (pelo menos em parte). Se eu não estiver no trem, ou se o fiscal não estiver devidamente uniformizado, nem puder se identificar como fiscal, não poderá haver fiscalização sobre o meu tíquete. Eu não preciso mostrar meu tíquete a nenhum passageiro que me faça tal solicitação. Note-se que os conhecimentos específicos, crenças, tarefas/obrigações, etc. são basicamente derivados das convenções do *frame*. Assim, o passageiro y (=ouvinte) sabe que, segundo o regulamento (lei) B1, ele também deveria ter um tíquete e se sinta na obrigação de mostrá-lo ao fiscal quando assim lhe for exigido (conforme determina B2) (VAN DIJK, 1992, p. 86-87).

Conforme se mostrou, as ações acontecem dentro de um contexto. Van Dijk (1992) ressalta que são contextos dinâmicos e não estáveis. Ou seja, eles “mudam de acordo com os princípios causais, convenções e demais restrições sobre as sequências de eventos e ações” (VAN DIJK, 1992, p. 89). A análise contextual, dessa forma, é um processo permanente, o indivíduo vai construindo de forma gradual os pontos relevantes do contexto, além das mudanças que o leva aos processos contextuais seguintes. “Ele estará consciente não apenas das características globais do contexto social, do *frame* e seus componentes como também das ações de fato realizadas nesses contextos e *frames*” (VAN DIJK, 1992, p. 89).

O ouvinte construirá as intenções, especialmente do falante, e decidirá sobre a pertinência ou não dos atos de fala, ou seja, se estão adequados ou não com o contexto inicial. A análise contextual poderá apontar também possíveis atos de fala que podem ser realizados dentro de um determinado contexto.

Outro ponto importante sobre a análise, de van Dijk (1992), é que o autor nos chama a atenção que na “maioria dos casos a compreensão final de um enunciado como um ato de fala específico deve basear-se na análise do próprio enunciado” (VAN DIJK, 1992, p. 90). Assim surge a questão “quais as propriedades típicas dos enunciados que indicam o tipo de ato de fala realizado, ou que deveria ser considerado como realizado (VAN DIJK, 1992, p. 90)? Para o autor a resposta seria baseada no conhecimento sobre processamento dos componentes gramaticais do enunciado como as palavras, frases, sentenças ou discursos. Van Dijk, no

entanto, não propõe uma revisão sobre os fundamentos teóricos subjacentes ao processamento gramatical. Quer apenas destacar que o texto oferece pistas sobre o ato que pode ser atribuído ao enunciado. Sendo assim, o autor apresenta alguns pontos ou níveis, os quais ele julga relevantes para a interpretação completa do ato de fala. Estes níveis são: a semântica, a sintaxe, a morfologia/léxico (=semântica), a fonologia/fonética e as atividades paralinguísticas.

Para ilustrarmos o que acabamos de dizer utilizaremos um segundo exemplo, considere o seguinte enunciado: *Deixe-me levar sua bagagem?*<sup>27</sup>. Esse ato de fala também foi analisado em VAN DIJK (1992). No que se refere ao aspecto da estrutura semântica do enunciado, a análise propõe que “o enunciado denota o falante e o ouvinte, uma ação (planejada) do ouvinte, uma permissão (solicitada) e o objeto da ação (a mala). [...] o ouvinte sabe que o enunciado diz respeito a uma ação imediata do falante em relação a um objeto do ouvinte” (VAN DIJK, 1992, p. 90). Também, devido ao *frame* de informação, além de outros conhecimentos de mundo, o ouvinte interpreta ou pode interpretar tal ação como oferecimento de ajuda.

Na semântica, destaca-se o nível da referência, ou seja, a

Denotação dos participantes do discurso: (eu/você); Denotação dos objetos presentes no contexto; Denotação das propriedades do contexto e relações entre os participantes; Denotação dos estados, eventos e ações; Denotação das modalidades: tempo, modo possível, obrigações, etc. (VAN DIJK, 1992, p. 90)

Na sintaxe destacam-se as formas das sentenças (afirmativa/interrogativa); a ordem das palavras, a estrutura oracional das sentenças; Funções sintáticas (sujeito, objeto); tempo; aspecto (atitude envolvida no ato de fala); e sentença/estrutura sentencial.

Na morfologia/léxico temos: Escolha das palavras (em geral); performativos explícitos; frases fixas; palavras pontuais como (por favor). Para a fonologia temos a entoação; acentuação; velocidade, tom, altura. E finalmente as atividades paralinguísticas como: movimento dêitico, gestos, expressões faciais, movimentos corporais e interação corporal. Essa lista, “nem completa nem muito explícita, ela parece indicar que em todos os níveis linguísticos e paralinguísticos do enunciado, temos uma grande quantidade de indicações sobre certos traços do possível ato de fala em questão” (VAN DIJK, 1992, p. 92). O ouvinte interpreta a ação do falante como algo que o beneficia a partir das informações presentes no texto e uma vez que todas as outras condições foram satisfeitas (referenciais),

---

<sup>27</sup>- Exemplo apresentado em VAN DIJK, 1992, p. 87.

então com base no seu conhecimento convencional, o ouvinte julga o enunciado *Deixe-me levar sua bagagem* como um oferecimento de ajuda.

## 7 Macrorregras e macroatos de fala

Na próxima seção tentaremos analisar alguns textos tendo como ponto de partida a análise pragmática de contexto segundo o modelo vandijkiano. Antes, porém, ainda julgamos necessário acrescentar alguns conceitos, também, oriundos dos trabalhos de van Dijk. São eles: macroatos de fala e macrorregras e como eles contribuem para a compreensão das sequências de atos de fala.

Sendo assim, e seguindo nossa proposta de trabalho, quanto à formação do sentido, acompanharemos também os dizeres vandijkianos que pontuam que o sentido do texto seja algo presente no texto. Podemos observar que, frequentemente, perguntamos sobre o assunto geral do texto ou do discurso, e estamos nos referindo a aquilo que é importante ou essencial para a compreensão do texto como um todo. Isto é, perguntamos pelo seu sentido. Assim, dada uma sequência de sentenças de um texto ou discurso, como atribuímos sentido ao texto, ou como podemos tornar explícito o assunto desse discurso? Uma resposta possível para esta questão pode ser formulada, mesmo que parcialmente, por uma análise contextual. Isto é, ao tratarmos o texto como um ato de fala e o relacionarmos com seu contexto de produção, estabelecendo as relações existentes entre falante (texto) e ouvinte (leitor).

Tal análise deverá tornar explícitas as relações entre: de um lado, o falante, que dentro de um contexto inicial, deliberada e intencionalmente produz um ato de fala e, de outro, o ouvinte que, a partir de uma análise do contexto julga a pertinência do ato de fala podendo produzir ou não uma resposta. Consideramos então, que esse ato de fala seja um texto ou uma sequência de sentenças que mantém entre si relações de coerência, relações semânticas, entre outras. Assim, podemos dizer que o sentido de uma oração é mais que o das palavras que a compõem, analisar um texto é ir além da estrutura sequencial.

Vamos considerar o texto ou unidades textuais maiores (parágrafos) em um nível semântico global. Uma vez que, assim como van Dijk

assumimos que existem estruturas especiais de texto do tipo global, ou seja, macroestruturas, e que estas macroestruturas são de natureza semântica. A macroestrutura de um texto é, portanto, uma representação abstrata da estrutura global do significado do texto. Enquanto as sequências de orações devem satisfazer as condições de coerência linear, os textos devem não só atender a

essas condições (porque se “apresentam” como sequências de orações), mas também as de coerência global (VAN DIJK, 1992a, p. 55)<sup>28</sup>.

Anote-se também, que as estruturas mencionadas são, segundo o autor, “abstratas e teóricas” (VAN DIJK, 1992a, p. 55), mesmo fundamentadas em categorias e regras gerais de conhecimento e uso ordinário por parte dos falantes. Assim como os falantes podem desviar-se das regras sintáticas e semânticas ao produzir frases ou sentenças em uma conversação informal, ou seja, em sua maioria no uso oral da língua, também os textos podem se desviar das regras de coerência linear e global, em alguns casos isto acontece intencionalmente.

Empregaremos o termo macroestrutura ou macronível para designarmos as estruturas globais ou gerais do texto e microestruturas ou micronível às estruturas das orações, ou seja, as conexões entre as proposições, identidades de referencias, sequências de textos entre outros. Essas estruturas de níveis diferentes podem ser construídas ou derivadas de outras estruturas e níveis. Isto leva van Dijk a formular as macrorregras. Nas palavras do autor:

Assim, pois, necessitamos de regras para a realização da união entre macro e microestruturas, que se evidenciam como series de proposições ligadas a series de proposições, posto que em ambos os casos se trata de estruturas significativas proposicionais. Este tipo de normas transforma uma serie de proposições em outra serie de proposições (distintas ou iguais) (VAN DIJK, 1992a, p. 57)<sup>29</sup>.

As macrorregras que unem macro e microestruturas são abstrações teóricas que de certa forma organizam as informações contidas no texto. É, pode-se dizer, uma redução da informação semântica. Cognitivamente podemos considerar as macrorregras como operações de redução dessas informações. Importante salientar que existem algumas divisões ou normas de aplicação das macrorregras, van Dijk cita três, são elas:

- I. Supressão: Dada uma sequência de proposições, se suprimem todas as que não sejam pressuposições subseqüentes da sequência.
- II. Generalização: dada uma sequência de proposições faz-se uma proposição que contenha um conceito derivado dos conceitos da

---

<sup>28</sup>- No original: Además supondremos que existen estructuras textuales especiales de tipo global, es decir, macroestructuras, y que estas macroestructuras son de naturaleza *semántica*. La macroestructura de un texto es por ello una representación abstracta de la estructura global de significado de un texto. Mientras que las secuencias deben cumplir las condiciones de la coherencia lineal, los textos no solo han de cumplir estas condiciones (porque se 'presentan' como secuencias de oraciones), sino también las de la *coherencia global*.

<sup>29</sup>- No original: Así pues necesitamos *reglas* para la realización de la unión de micro y macroestructuras, que se evidencian como series de proposiciones ligadas a series de proposiciones, puesto que en ambos casos se trata de estructuras significativas proposicionales. Este tipo de normas, formalmente denominadas *reproducciones*, tienen la forma de *transformación es semánticas*: transforman una serie de proposiciones en una serie de proposiciones (distintas o iguales).



sequência de proposições, e a proposição assim construída substitui a sequência original.

- III. Construção: Dada uma sequência de proposições, faz-se uma proposição que denote o mesmo fato denotado pela totalidade das sequências de proposições, e se substitui a sequência original pela nova proposição (VAN DIJK, 1996, p.48).<sup>30</sup>

Além dessas características (redução semântica, função organizadora), ao designarmos uma macroproposição a determinado texto ou discurso, este obtém certa unidade. Atribui-se a ele uma distinção que o distingue de outros textos, segundo o tema especificado pela macrorregra.

Compreende-se então que as macroestruturas por vezes são chamadas de tema do discurso ou do texto, ou ainda, tópico da conversação. É sobre a macroestrutura que um falante/ouvinte se refere quando pergunta ‘de que fala este texto?’ ou ‘qual o tema/tópico desse assunto?’ As macrorregas podem ser compreendidas também, como capacidades cognitivas que ajudam o falante/ouvinte a deduzir do texto o tema ou o tópico, em outras palavras aquilo que é importante ou essencial para a compreensão do texto como um todo.

Segue-se um exemplo.

Maria estava jogando com sua nova bola vermelha no jardim de sua casa. Mesmo sua mãe tendo-a advertido de que não jogasse a bola na parede, ela jogou a bola contra a parede da casa. De repente a bola acerta em uma janela quebrando a vidraça e espalhando pedaços de vidro por toda parte... (VAN DIJK, 1996, p.44)<sup>31</sup>.

Neste exemplo, embora se trate de um texto bastante simples que pode ser entendido de várias formas, podemos dizer que o assunto do texto se refere a “como Maria quebrou o vidro da janela com sua bola”. Ou seja, que esse é o tema ou o tópico do texto.

Tendo em vista esta apresentação teórica, embora bastante resumida, acreditamos ser possível emprendermos algumas análises de textos, de caráter ilustrativo. Sendo assim,

---

<sup>30</sup>- No original: I. SUPRESIÓN

Dada una secuencia de proposiciones, se suprimen todas las que no sean presuposiciones de las proposiciones subsiguientes de la secuencia.

II. GENERALIZACIÓN

Dada una secuencia de proposiciones, se hace una proposición que contenga un concepto derivado de los conceptos de la secuencia de proposiciones, y La proposición así construída sustituye a la secuencia original.

III. CONSTRUCCIÓN

Dada una secuencia de proposiciones, se hace una proposición que denote el mismo hecho denotado por la totalidad de la secuencia de proposiciones, y se sustituye la secuencia original por la nueva proposición.

<sup>31</sup>- No original: María estaba jugando com su nueva pelota roja em el jardín de la casa. A pesar de que su madre le habia advertido de que tuviera cuidado, comenzó atirar la pelota contra la pared de la casa. De repente, la pelota pego en una de las ventanas; el vidrio se rompió y los pedacitos de vidrio se dispersaron por todas partes...

seguem-se cinco pequenos textos aos quais identificaremos um provável contexto inicial e lhes serão atribuídos valor de adequação segundo esse contexto.

## 8 Outros exemplos

Em relação ao uso dos macroatos eles aparecem como capacidades cognitivas que levam o ouvinte a classificar e categorizar os textos em atos de fala, isto é, o leitor/ouvinte dispõe de várias categorias cognitivas, como as macrorregras. Essas macrorregras não apenas possibilitam perceber e compreender o gênero e o tipo textual, como por exemplo, reconhecer que um texto é uma piada – identificando suas características formais – mas também, nos dota de conhecimentos para compreender o conteúdo do texto. Em última análise é este (o texto) que produzirá o efeito desejado pelo falante, isto é distrair o leitor. O mesmo pode-se dizer em relação aos demais exemplos que serão apresentados no decorrer dessas páginas, cada qual respeitando a intenção do ato de fala correspondente.

### a) Um texto piada:

#### **Dois sujeitos preguiçosos**

Depois do almoço, dois sujeitos se rendem à preguiça e deitam na rede.

– Será que está chovendo? – o primeiro pergunta.

– Não sei, ué.

– Vai lá fora dar uma olhada!

– Vai você...

– Vou não. Estou cansadão!

– Então chame o cachorro.

– Chama você!

– Ô, Totó!

O cachorro chega ao quintal.

– E então, descobriu se está chovendo? – Pergunta o segundo.

– Está não. O cachorro está sequinho!

(SESSÃO EXTRA, Segunda feira, 19 de Janeiro de 2015, p. 2).

Este texto, certamente pode ser interpretado de várias maneiras, dependendo de fatores culturais, uma das interpretações possíveis é que o texto seja uma piada que destaca a preguiça como tema. Mais minuciosamente, dizemos que o tema central ou assunto do texto, baseando-nos nas macrorregras e suas normas de aplicações, é que se trata de como dois

sujeitos preguiçosos descobrem se está ou não chovendo. Transformando isso em um enunciado temos “uma piada que trata de como dois sujeitos preguiçosos descobrem se está ou não chovendo”. No entanto, esse enunciado resultante não se mostra capaz de representar o texto em uma análise contextual, a qual, objetivamos nesse trabalho, apenas mostra que o leitor/ouvinte compreendeu o texto. Esse enunciado aparece como representante do conteúdo do texto, ou seja, de como as ações se desenvolvem no interior do mesmo. Para nos referirmos ao texto considerado em si como um ato de fala/piada utilizaremos o título ‘Dois sujeitos preguiçosos’.

Sendo assim, o problema agora é compreender como o ouvinte/leitor julga o texto, tomado no todo como um ato de fala, e o considera como uma piada, depois precisamos compreender também como o ouvinte/leitor o classifica como um ato de fala adequado.

Buscaremos caracterizar um contexto no qual esse enunciado/texto possa ser considerado como uma piada. Para tanto utilizaremos o esquema básico apresentado no exemplo que foi destacado em van Dijk (1992). No esquema que se segue temos: F(x) o texto publicado e G(y) o leitor.

Tipo de contexto social: Institucional público.

*Frame*: Publicação de texto em jornal.

A. Estrutura do *frame*:

1. Cenário: Seção de entretenimento do jornal impresso.
2. Funções: F(x) Entreter ou distrair o leitor; G(y) leitor.
3. Propriedades: x é uma publicação em um jornal; x está publicado na seção de entretenimento; x está na coluna intitulada como piada; y tem acesso ao jornal; y tem condições de decodificar a mensagem (ele é alfabetizado ou outra pessoa lê em voz alta).
4. Relação: F(x) está disponível para G(y); G(y) tem condições (financeiras) de adquirir F(x).
5. Posições: x está impresso no jornal; y possui o jornal; y está lendo o jornal (ou outra pessoa lê em voz alta).

B. Convenções do *frame* (regras, normas, etc.)

1. O leitor deve ter acesso ao conteúdo do jornal e dispor de tempo para a sua leitura.
2. O leitor busca distração ao ler a coluna ‘Piada’.
3. O leitor conhece o significado do termo piada.

4. Desenvolvimento contextual da ação do falante: o jornal tem uma seção entretenimento; nessa seção tem a coluna ‘Piada’; nessa coluna são publicados textos com o objetivo de entreter o leitor.

Macroestrutura: x é um texto/piada publicado em um jornal.

Ações antecedentes: O autor escreve x; x é publicado no jornal; o jornal é levado para os pontos de distribuição; y vai até um ponto de distribuição e adquire um exemplar do jornal.

Neste exemplo de contexto podemos dizer que o texto/ piada tomado como uma unidade, ou seja, um ato de fala encontra-se realizado como um entretenimento ou uma distração. Isto é, o ouvinte/leitor conclui que ‘Dois sujeitos preguiçosos’ se trata de uma anedota porque em primeiro lugar o texto atende as condições definidas no *frame*, como vimos no esquema ele está publicado na seção de entretenimento do jornal, na coluna ‘Piada’ e, em segundo porque o leitor conhece o significado dos termos em uso: entretenimento, piada, entre outros. Podemos dizer também, que somente os leitores que conheçam as informações contextuais terão condições de julgar sobre a adequação do ato em questão.

Caso falte algum dos traços contextuais o objetivo de distração, componente básico deste ato de fala poderá ficar comprometido negativamente. Expliquemo-nos: Se o referido texto fosse publicado em outra seção do jornal como a página policial, por exemplo, causaria estranheza no leitor/ouvinte, uma vez que, este ao procurar as páginas policiais para leitura teria uma expectativa diferente para com o texto. Isto é, esperaria encontrar informações referentes às ações policiais e não anedotas. Pois, pode se dizer que anedotas seriam estranhas ao *frame* de página de notícias policiais.

#### **b) Uma tira da Turma da Mônica**

O exemplo seguinte, e os três posteriores, serão analisados tendo como base o esquema usado acima. O objetivo também será o mesmo. Ou seja, como se dá o julgamento por parte do ouvinte/leitor sobre o texto, considerando-o conseqüentemente, como um ato de fala. Em seguida destacar como o ouvinte/leitor, a partir do contexto, classifica o ato de fala em relação à adequação.

Uma tira ou tirinha se caracteriza por ser uma publicação regular em jornais ou revistas e ultimamente em páginas da *internet*. Possui uma estrutura em que predominam pequenos enunciados geralmente acompanhados por desenhos, em cujos conteúdos, destacam-se o humor, a crítica, mas também pode ser sobre drama, aventura, entre outros. A

exemplo do texto anterior (piada), a tirinha que apresentamos agora para análise será tomada como um todo. Será considerada como um único ato de fala, tampouco, faremos distinção entre a linguagem verbal e a não verbal nela contidas. Também, não nos ateremos ao conteúdo. Sendo assim,



Copyright ©1999 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

6053

Para esse texto/tirinha temos:  $F(x)$  a tirinha publicada e  $G(y)$  o leitor.

Tipo de contexto social: Institucional público.

*Frame*: Publicação de texto/tirinha.

A- Estrutura do *frame*:

- 1- Cenário: Tira publicada (jornal).
- 2- Funções:  $F(x)$  Entreter ou distrair o leitor;  $G(y)$  leitor.
- 3- Propriedades:  $x$  é uma publicação em um jornal;  $x$  está publicado na seção de entretenimento;  $x$  está localizada na página humorística;  $y$  tem acesso ao jornal;  $y$  tem condições de decodificar a mensagem (ele é alfabetizado ou outra pessoa lê o texto em voz alta).
- 4- Relação:  $F(x)$  está disponível para  $G(y)$ ;  $G(y)$  tem condições (financeiras) de adquirir  $F(x)$ .
- 5- Posições:  $x$  está impresso no jornal;  $y$  possui o jornal;  $y$  está lendo o jornal (ou outra pessoa lê em voz alta).

B- Convenções do *frame* (regras, normas, etc.)

- 1- O leitor deve ter acesso ao conteúdo do jornal e dispor de tempo para leitura do jornal.
- 2- O leitor busca distração ao ler a tirinha publicada.
- 3- O leitor conhece o significado do termo tirinha.

- 4- Desenvolvimento contextual da ação do falante: o jornal tem a seção entretenimento; nesta seção tem uma página dedicada a publicações humorísticas; nesta página são publicados textos em formato de tiras com o objetivo de entreter o leitor.

Macroestrutura: x é um texto/tirinha publicado em um jornal.

Ações antecedentes: O autor desenha e escreve x; x é publicado no jornal; o jornal é levado para os pontos de distribuição; y vai até um ponto de distribuição e adquire um exemplar do jornal.

O tipo de contexto indicado aqui é análogo ao do exemplo (a) uma vez que vários elementos do contexto anterior estão presentes também neste, como podemos observar no esquema básico do *frame*. Podemos dizer que a tirinha como ato de fala se realiza em sua intenção de distrair o leitor. Pois, o leitor reconhece em ‘Uma tira da turma da Mônica’ como um ato de fala humorístico, produzido com a intenção de distraí-lo. Pode-se observar que esse ato de fala enquadra-se nas condições definidas pelo *frame*. É uma publicação acessível ao leitor, este por sua vez, possui capacidades cognitivas e conhecimentos para avaliar o ato de fala como adequado.

O ato de fala/tirinha mesmo que seja alterado o lugar de publicação ainda permanece passível de reconhecimento e avaliação por parte do leitor. Em outras palavras, se esse ato de fala aparecesse nas páginas policiais ou de política não causaria estranheza acentuada sobre o leitor. Isto acontece devido a uma das características da tirinha que a permite maior abrangência em relação aos temas, ou seja, ela pode expressar uma crítica, uma sátira, entre outros, estando estes conteúdos ao alcance do julgamento do leitor. Suponhamos como exemplo, a seguinte situação: no caderno de política de um jornal qualquer um texto noticiando manifestações e passeatas exigindo mudanças no governo, apareça uma tira da turma da Mônica (esta que analisamos), por ter seu conteúdo voltado para o tema ‘manifestações’ poderia ser assimilada pelo leitor, sem que este demandasse mudanças radicais no *frame* contextual. Dessa forma, o leitor não teria grandes problemas em julgar sobre a adequação desse ato de fala.

### c) **Manchete de jornal**

**“MINAS NA GUERRA FISCAL”**

“Governo estuda mecanismos para enfrentar concorrência de outros estados”

Neste exemplo de ato de fala temos: F(x) Jornal Estado de Minas e G(y) o leitor.

Tipo de contexto social: Institucional público.

*Frame*: Publicação de texto informativo.

A- Estrutura do *frame*:

- 1- Cenário: Manchete publicada em jornal.
- 2- Funções: F(x) Informar o leitor; G(y) leitor.
- 3- Propriedades: x é um jornal onde são publicados textos informativos; x tem um texto publicado no caderno de economia; x tem uma manchete em letras grandes em sua capa; a manchete se refere a determinado texto publicado no caderno de economia; y tem acesso ao jornal; y tem condições de decodificar e compreender o texto e a mensagem (ele é alfabetizado ou outra pessoa lê o texto em voz alta).
- 4- Relação: F(x) está disponível para G(y); G(y) tem condições (financeiras) de adquirir F(x).
- 5- Posições: x está impresso no jornal; y possui o jornal; y está lendo o jornal (ou outra pessoa lê em voz alta).

B- Convenções do *frame* (regras, normas, etc.)

- 1- O leitor deve ter acesso ao conteúdo do jornal e dispor de tempo para leitura do jornal.
- 2- O leitor busca informação ao ler a manchete publicada.
- 3- O leitor conhece o significado do termo manchete.
- 4- Desenvolvimento contextual da ação do falante: o jornal tem o caderno de economia; nesta seção tem um texto publicado do qual a manchete deva ser uma síntese; o texto deve ser correspondente com a manchete publicada na capa.

Macroestrutura: x é um veículo informativo impresso.

Ações antecedentes: O autor escreve um texto para x; x tem o texto publicado no seu interior; x tem a manchete estampada na capa; o jornal é levado para os pontos de distribuição; y vai até um ponto de distribuição e adquire um exemplar do jornal.

Considerando o contexto indicado no *frame* descrito acima, certamente o ato de fala ‘Minas na guerra fiscal’ pode ser distinguido como uma informação. Uma vez que o leitor/ouvinte poderá interpretá-lo como uma informação, não apenas pelas informações

contidas na estrutura do enunciado, mas também porque as condições pertencentes à estrutura do *frame* social foram atendidas.

Os ouvintes/leitores que conhecerem as informações contextuais presentes no *frame* poderão ser capazes de julgar o ato de fala como uma informação e conseqüentemente responder. Uma das repostas possíveis poderá ser que o leitor abrirá o caderno correspondente e acessará o texto publicado no jornal ao qual a manchete se refere.

No caso de faltar um dos elementos contextuais o ato de fala poderá tornar-se inaceitável (pelo menos em parte). Se o leitor não tiver acesso ao jornal, ou se a manchete não corresponder a nenhum texto em particular, o leitor poderá devolver o jornal ao vendedor sem comprá-lo. Também, se o leitor já tiver conhecimento dos fatos, aos quais, a manchete faz referência, isto tornará a manchete incapaz de atingir o objetivo, ou seja, de se constituir em uma informação nova.

#### **d) Lei N° 8.662**

Ato de fala para análise: Lei N° 8.662, de 7 de Junho de 1993.

**Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

#### **LEI N° 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993.**

Dispõe sobre a profissão  
de Assistente Social e dá  
outras providências

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta lei.

Art. 2º Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I - Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;



II - os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil;

III - os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

Parágrafo único. O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta lei.

Neste exemplo de ato de fala temos: F(x) Presidência da República Casa Civil Subchefia para assuntos jurídicos e G(y) assistente social.

Tipo de contexto social: Institucional público.

*Frame*: Publicação de texto normativo.

A- Estrutura do *frame*:

- 1- Cenário: Regulamentação da profissão de Assistente Social.
- 2- Funções: F(x) Órgão público de assuntos jurídicos apto a publicar atos jurídicos; G(y) Assistente social.
- 3- Propriedades: x é um órgão público competente para assuntos jurídicos; x tem autoridade para estabelecer leis e regulamentos; x realmente desempenha sua função legislativa; x publica a lei em órgão de imprensa oficial; y tem acesso à publicação oficial; y tem condições de decodificar a mensagem.
- 4- Relação: F(x) tem autoridade para legislar sobre a profissão de G(y).
- 5- Posições: x está publicando um texto impresso de caráter normativo; y é um profissional da assistência social e interessado na publicação.

B- Convenções do *frame* (regras, normas, etc.)

- 1- Algumas profissões devem ser regulamentadas por leis específicas.
- 2- O profissional deve atender as exigências legais.
- 3- O profissional que não se adequar às normas não poderá exercer a profissão.
- 4- Publicar o texto faz parte das obrigações do órgão público competente.
- 5- Desenvolvimento contextual da ação do falante: Houve demanda para regulamentação legal da profissão de assistente social; O Congresso Federal decreta a lei; O presidente da República sanciona a lei; A lei é publicada no Diário Oficial da União.

Macroestrutura: x publica um texto em imprensa oficial.

Ações antecedentes: O Texto é sancionado pelo presidente; o texto é publicado; y adquire um exemplar do texto impresso; y lê o texto.

Observando o contexto indicado é de se esperar que o leitor conclua que o ato de fala ‘Lei Nº 8.662, de 7 de Junho de 1993’ seja uma regulamentação, visto que, as condições contextuais exigidas para que esse ato de fala seja adequado foram atendidas. Isto é, o leitor/ouvinte compreende a estrutura do enunciado e é capaz de associá-lo ao contexto geral.

Entretanto, o leitor precisa ter conhecimento sobre os componentes do contexto (posições, relações, etc.) para ter condições de avaliar a adequação do ato de fala e assim poder atendê-lo.

Podemos dizer também, que se alguns elementos do contexto não estiverem presentes o ato de fala poderá ser considerado falso. Conseqüentemente tornar-se inaceitável, pelo menos parcialmente. Ou seja, se o Congresso Nacional não decretar a lei; se o Presidente da República não sancioná-la e, também, se a lei não for publicada em um órgão da imprensa oficial. O profissional da assistência social não poderá exercer legalmente sua profissão antes da publicação da lei. O leitor/assistente social sabe que preenchendo os requisitos legais estabelecidos na lei, ele estará apto para exercer a profissão.

#### **e) Fala de um político**

Continuando com nossa proposta de analisar atos de fala produzidos em contextos públicos destacaremos neste exemplo uma frase dita por um político. O texto seguinte, atribuído ao vereador Ronaldo Gontijo foi publicado no jornal Estado de Minas em onze de Maio de 2015. A reportagem é assinada por Flávia Ayer.

#### **Frase de Ronaldo Gontijo (PPS), vereador Belo Horizonte:**

**“Ninguém sabe o que vem por aí. Ele (o distritão) enfraquece muito os partidos, pois o que vale é só o número de votos que o candidato recebeu. Ao longo dos anos, a política deixou de ser de ideologia, de postura, de debate. Só se pensa na próxima eleição”.**

Para este exemplo de ato de fala temos: F(x) Vereador Ronaldo Gontijo e G(y) o leitor do jornal.

Tipo de contexto social: Institucional público.

*Frame*: Publicação de texto informativo.

C- Estrutura do *frame*:

6- Cenário: Publicação de ato de fala atribuída a um político.

7- Funções: F(x) vereador em atividade, G(y) leitor.

8- Posições: x está demonstrando seu ponto de vista sobre determinado assunto; y é um leitor interessado na publicação.

D- Convenções do *frame* (regras, normas, etc.)

6- Os vereadores expõem seus pontos de vista sobre questões específicas em entrevistas para jornais.

7- O leitor/ouvinte precisa ter acesso às publicações.

8- O leitor precisa ser alfabetizado (ou alguém lê em voz alta).

9- Publicar textos informativos faz parte das obrigações de um jornal.

10- O falante é contrário a vários pontos da reforma política.

Desenvolvimento contextual da ação do falante: Uma reforma política está em pauta na câmara dos deputados; A reforma política afeta as relações políticas na câmara municipal; O falante espera certa repercussão sobre suas declarações junto aos eleitores.

Macroestrutura: x expõe sua opinião sobre a reforma política.

Ações antecedentes: x tem uma opinião formada sobre a reforma política em andamento; x expressa sua opinião; x tem sua opinião publicada; y adquire um exemplar do texto impresso; y lê ou ouve o texto.

Em um contexto como esse, o ato de fala ‘Ninguém sabe o que vem por aí. Ele (o distritão) enfraquece muito os partidos, pois o que vale é só o número de votos que o candidato recebeu. Ao longo dos anos, a política deixou de ser de ideologia, de postura, de debate. Só se pensa na próxima eleição’, pode ser realizado plenamente como uma crítica ao modelo ‘distritão’, sob o julgamento do ouvinte/leitor. Pois, este possui informações gramaticais para compreender a frase em sua estrutura. Possui também, familiaridade com os elementos do contexto, e julga que eles estão presentes, conforme descrito acima. Caso contrário o ato de fala poderia ser interpretado de alguma outra forma não se caracterizando como uma crítica.

Ou seja, o ato de fala ‘crítica’ teria falhado se o vereador não cumprisse toda a formalidade de posse do cargo, pois, se assim fosse o falante não poderia se apresentar como vereador, conseqüentemente sua fala seria desvalorizada e sem efeito. Também se o editor do

jornal não tivesse publicado a reportagem. Esses conhecimentos gerais sobre o *frame* que o leitor possui possibilitam-no a fazer o julgamento e se decidir sobre a adequação do ato de fala, podendo ou não concordar com a opinião do falante/vereador.

Nesses exemplos que acabamos de analisar podemos observar que o ouvinte/leitor tem conhecimentos específicos contextuais e também conhecimentos que não estão presentes nos contextos, segundo a caracterização feita por van Dijk (1992). Isto é, conhecimentos sobre o passado do falante, sobre posições sociais, além de conhecimentos de mundo adquiridos de forma particular. O autor não nega que esses conhecimentos existam, pelo contrário aponta-os, entretanto, o *frame*, conforme descrito neste trabalho não é suficiente para abarcá-los. Essas informações ficam a critério do analista de contexto que trabalha objetivamente a partir de frases publicadas ou textos mais complexos.

É certo que, em uma situação real de conversa ou de leitura de jornais e revistas muitos dos elementos contextuais contidos nos *frames* não são percebidos imediatamente pelo ouvinte/leitor, o que explica que muitas vezes, embora o *frame* institucional esteja bastante claro, o ato de fala não é compreendido gerando algumas confusões. Inclui-se também o grau de compreensão gramatical que o ouvinte/leitor possui. Todo esse conhecimento e percepção do ouvinte/leitor influenciam, positiva ou negativamente, em sua capacidade de julgamento.

## CAPÍTULO IV

### SEARLE E AS CRÍTICAS AO COGNITIVISMO

#### 1 Sobre *frames* e atos de fala

Nos capítulos precedentes apresentamos, de forma resumida, determinadas posições teóricas e alguns exemplos de análises possíveis. Tais análises são, todavia, incompletas. Consideremo-las apenas como ilustrações, uma vez que elas refletem uma interpretação sobre pontos de vista teóricos, contudo, isto não equivale dizer que são desprovidas de importância. As análises feitas nos permitiram observar empiricamente os desdobramentos conceituais, possibilitando-nos, neste capítulo, voltar nossa atenção para os principais conceitos que nortearam as teorias discutidas anteriormente.

Podemos dizer que a afirmação de van Dijk (VAN DIJK, 1992, p.80) de que os *frames* determinam as condições necessárias para a adequação dos atos de fala, inspirou-nos a perguntar se a noção de *frames* é suficiente para explicar o surgimento e a previsão de atos de fala. Segundo, uma abordagem que, como o próprio van Dijk sustenta, tem suas origens na teoria dos atos de fala desenvolvidas por Austin e Searle e, nas ciências da computação no que se refere ao contexto. Apresentamos esta questão no capítulo I, agora nos empenharemos em alcançar uma discussão mais aprofundada sobre esse tema.

A partir daqui faremos algumas considerações sobre nosso trabalho de pesquisa, mais especificamente, analisaremos as seguintes afirmações, o *frame* é um conceito fechado (restritivo), que, por isso, poderia restringir a produção do ato de fala. Dizendo de outra forma, o *frame* ou o contexto como modelo mental não permite que o falante pronuncie um ato de fala que possa de alguma forma quebrar o *frame*. Por outro lado, nos capítulos I e II, apresentamos a teoria dos atos de fala austin-searleana e podemos dizer que ela oferece uma classificação satisfatória dos atos de fala.

Retomaremos em seguida cada uma dessas afirmações, entretanto, precisamos acrescentar algumas questões teóricas para melhor compreendê-las. Com relação à teoria dos atos de fala, acreditamos ser suficiente o que dissemos nos capítulos I e II. Todavia, julgamos necessário fazer alguns comentários acerca da crítica searleana em relação ao cognitivismo,

uma vez que, encontramos nela respaldo e apoio para nossas críticas à análise contextual vandijkiana.

## 2 Sobre as críticas searleanas ao cognitivismo

Em várias obras de Searle podemos encontrar textos referentes ao cognitivismo. Esse interesse do autor sobre as questões cognitivistas explica-se pelo fato de ele se considerar um cientista cognitivista, como se pode perceber nessas palavras “por mais de uma década, na verdade desde os primórdios da disciplina, fui um “cientista cognitivo” praticamente” (SEARLE, 2006, p. 281). Porém, Searle discorda de algumas hipóteses cognitivistas, segundo ele bastantes relevantes para as discussões no domínio do cognitivismo, para o autor, “os processos mentais cognitivos são inconscientes; são na maioria dos casos, inconscientes em princípio; e são computacionais” (SEARLE, 2006, p. 282).

Searle explica essa crítica considerando a relação entre essas hipóteses com a Inteligência Artificial (IA), a partir da qual a ciência cognitiva passou a caracterizar a mente humana como um programa de computador que, ao ser processado por um *hardware*, nesse caso, o cérebro, controlaria o comportamento humano. Desse modo, Searle (2006) apresenta uma série de asserções importantes para a Inteligência Artificial devido aos programas implantados em computadores que levassem a uma máquina inteligente, uma perspectiva do que se denominou com uma hipótese forte da IA. Mais precisamente, ele observa que um robô poderá obedecer a um determinado programa para executar a tarefa de mover blocos sob um determinado comando, como por exemplo, “Pegue um bloco e mova-o para a esquerda”. Essa ordem é obedecida porque o programa faz funcionar, a partir dela, sensores ópticos, braços mecânicos e, é capaz de manipular uma série de símbolos formais que recebem *input* dos sensores ópticos e enviam *outputs* para os mecanismos motores<sup>32</sup>. Em uma concepção da IA forte, o comportamento do ser humano seria similar; ou seja, a mente como programa processado pelo cérebro levaria os indivíduos a se comportar de uma maneira e não de outra, de forma que seu comportamento seria resultado dessa programação mental. De acordo com Searle, isso nada tem haver com o comportamento de um ser humano, pois o ser humano se comporta de maneira consciente, o que pressupõe ouvir e entender a ordem, enxergar e distinguir os blocos entre diversos objetos conscientemente e, ainda, pode decidir cumprir ou não a ordem, e executar a ação de forma intencional, e voluntária, por estar consciente da

---

<sup>32</sup>- Exemplo apresentado em SEARLE, 2006, p. 283.

ordem que lhe foi dada de mover os blocos, mas também por ser movido por uma intencionalidade. Note-se que a relação entre ação e a consciência no ser humano é estreita, pois, ao tratar do ser humano, Searle observa que “sabemos que toda essa coisa mental é causada pela neurofisiologia e nela realizada. [...], sabemos que há dois conjuntos de níveis: níveis mentais, muitos deles conscientes e níveis neurofisiológicos” (SEARLE, 2006, p. 283-84). Daí surge um problema, Searle afirma que não há maneira de se encaixar nessa perspectiva da IA forte uma mente humana que age sob o domínio da consciência e sob os desígnios de um desejo, de uma intencionalidade. Isto é, nessa descrição de coisas como manipulações formais de símbolos. Essa é uma questão que, segundo o filósofo, recebia muito pouca atenção por parte dos cientistas cognitivistas, que ainda não demonstravam grande interesse em explicar como o modelo se relaciona com realidade que está sendo modelada. A resposta de parte da ciência cognitiva propõe que entre o nível de conhecimento e o nível neurofisiológico existe um intermediário que é a manipulação de símbolos formais<sup>33</sup>. Isso se deve ao fato comentado acima de que, para parte da ciência cognitiva, aceita-se a descrição do funcionamento do cérebro como uma estrutura lógica, semelhante àquela da teoria da computação<sup>34</sup>. Noutros termos, como frisamos acima, o cérebro seria um computador digital.

A idéia básica do modelo da mente baseado no computador é que a mente é o programa, o cérebro o *hardware* de um sistema computacional. Um *slogam* que sempre vemos é: “A mente está para o cérebro assim como o programa está para o *hardware*”<sup>35</sup> (SEARLE, 2006, p. 285).

Para dar uma resposta a essa asserção, Searle a discrimina em três perguntas: a) O cérebro é um computador digital? b) As operações do cérebro podem ser simuladas em um computador digital? c) A mente é um programa de computador? De acordo com Searle, a resposta para esta última pergunta é não, “porque os programas são definidos em termos puramente formais ou sintáticos, e porque a mente tem um conteúdo mental intrínseco” (SEARLE, 2006, p. 285). No decorrer destas páginas daremos mais informações sobre este ponto. A pergunta da letra (b), a resposta é sim. Da mesma forma como podemos simular em computadores os sistemas meteorológicos ou o comportamento do mercado de valores.

Quanto à letra (a) se o cérebro é um computador digital. Ou se os processos cerebrais são computacionais. Embora, não se admita que a mente seja um programa, segundo Searle

---

<sup>33</sup> - Para mais detalhes, Searle sugere: Newell, A. (1982) “The Knowledge Level”, *Artificial Intelligence*, 18:87-127.

<sup>34</sup> - Esse posicionamento encontra-se em: Pylyshyn, z.w. (1984) *computation and Cognition: Toward a foundation for Cognitive Science*. Cambridge, MA: MIT Press.

<sup>35</sup> - Aspas do autor.

(2006), seus adversários (cognitivistas) ainda defendem que no programa existe mais do que operações sintáticas e que estados mentais podem ser estados computacionais. Searle nega que os processos cerebrais sejam computacionais, como querem aqueles cientistas mais ligados a IA forte.

Para compreendermos melhor esse debate vamos mostrar como Searle define a Inteligência Artificial em duas categorias, sendo uma delas, a IA forte, mais próxima ao cognitivismo, diz ele:

Apenas para manter a terminologia correta, chamo de IA forte a concepção de que tudo que tem uma mente é um programa, de IA fraca a concepção de que processos cerebrais (e processos mentais) podem ser simulados computacionalmente, e de cognitivismo a visão de que o cérebro é um computador digital (SEARLE, 2006, p. 288).

Encontra-se no cognitivismo, segundo o autor, um programa de pesquisa bem definido, em que se busca descobrir programas implementados no cérebro programando computadores para implementar os mesmos programas. Também que, após um tempo de sucessivos experimentos, o computador mecânico se iguala ao desempenho do computador humano. Pretende-se, sob essa perspectiva, que psicólogos encontrem “evidências de que os processos internos são os mesmos nos dois tipos de computador” (SEARLE, 2006, p. 290). Daí, em parte surge a tese de que existe no cérebro milhões de símbolos sendo manipulados a uma velocidade incrível. Também, esses símbolos são invisíveis não apenas a olho nu, mas, também ao microscópio eletrônico e são os propulsores da cognição. Para Searle, no entanto, há uma dificuldade a ser considerada, de acordo com a qual a computação (manipulação de símbolos), não tem capacidades causais, porque elas existem apenas aos olhos do observador, ou seja, ela não tem uma ontologia própria (SEARLE, 2006, p. 308). Nesses termos, sabe-se que a máquina pode ser construída, terá uma existência real, mas o que faz dela um computador, ou melhor, o que atribui a ela capacidades computacionais ou mentais é o observador, quer dizer, o ser humano. E, isso por si só não é capaz de criar uma mente ontologicamente real.

Para os defensores do computacionalismo, todavia, a causalidade computacional pode ser apontada em exemplos em que os computadores podem pilotar aviões, e as explicações de como eles (computadores) fazem isso são dadas em termos de programa. Searle responde a essas palavras da seguinte maneira:

Há uma classe de equivalência de sistemas físicos tal que os padrões nos sistemas permitem que codifiquemos a informação em características físicas



intrínsecas do sistema, como níveis de voltagem, por exemplo. E esses padrões, juntamente com transdutores nos terminais de *input* e *output* do sistema, possibilitam-nos utilizar qualquer membro dessa classe de equivalência para pilotar o avião (SEARLE, 2006, p. 316-17).

Ainda, na mesma página, continua ele: “A universalidade dos padrões (citado acima) facilita as atribuições de interpretações computacionais (não surpreendentemente, já que os padrões foram comercialmente projetados para esse propósito), mas as interpretações são ainda não intrínsecas aos sistemas” (SEARLE, 2006, p. 317). Ou seja, ainda são dependentes do observador, o que significa dizer que um programa instalado em um computador digital, mesmo que cause *outputs* na vida real, não o transforma em uma mente ontologicamente real.

Há ainda outro aspecto a considerar, mais especificamente, a plausibilidade da hipótese que considera o cérebro como órgão que biologicamente processa informações. Para eles, os cientistas cognitivistas, segundo Searle (2006, p. 318), há uma diferença entre o cérebro e os sistemas computacionais comuns, que pode explicar porque nos outros sistemas a simulação de um evento é somente uma simulação, enquanto que, no cérebro a simulação computacional está realmente reproduzindo e não apenas realizando uma simples modelização das propriedades funcionais do cérebro. Porque o cérebro é, intrinsecamente, um sistema de processamento de informações. Isto é, para o cérebro, processar informações é uma função biológica.

Searle rejeita essa afirmação, dizendo que ela está equivocada. Para demonstrar seu ponto de vista, ele compara o que acontece no computador com o que acontece no cérebro.

No caso do computador, um agente exterior codifica algumas informações de uma forma que possa ser processada pelos circuitos do computador. [...] O computador, então percorre uma série de etapas elétricas que o agente exterior pode interpretar tanto sintática como semanticamente, embora, logicamente, o *hardware* não tenha sintática ou semântica intrínseca: fica tudo a critério do observador (SEARLE, 2006, p. 319).

Para o processamento de informações, é importante notar que a física do computador (seu formato) não é relevante, ele acontecerá desde que os circuitos processem a informação, ou seja, basta que o computador implemente o algoritmo, produzindo como resultado um *output* em forma de um fenômeno físico, como uma impressão em um papel, por exemplo.

Quanto ao que acontece no cérebro, diz o autor:

No caso do cérebro, nenhum dos processos neurobiológicos relevantes é relativo ao observador (embora, logicamente, como qualquer outra coisa, possam ser descritos a partir de um ponto de vista relativo ao observador), e a

especificidade da neurofisiologia importa desesperadamente (SEARLE, 2006, p. 319).

Para maior compreensão, o filósofo apresenta um exemplo que serve para ilustrar a diferença entre o computador e o cérebro humano: “suponha que eu veja um carro vindo em minha direção. Um modelo computacional padrão de visão assimilará informações sobre o arranjo visual em minha retina e subsequentemente imprimirá a sentença: “há um carro vindo em minha direção”” (SEARLE, 2006, p. 319-20). No cérebro, ou na biologia, não é assim que a coisa acontece efetivamente. Há um ataque de fótons às células fotorreceptoras na retina e esse processo resulta em uma experiência visual concreta. Biologicamente, o aparelho visual não produz palavras ou símbolos. É um evento visual específico, consciente e concreto. É uma *experiência visual*<sup>36</sup>, tão real quanto um furacão ou a digestão. Afirma o autor que: “Podemos, com o computador, criar um modelo de processamento de informações desse evento ou de sua produção, da mesma forma como podemos criar um modelo de processamento de informações da meteorologia ou da digestão” (SEARLE, 2006, p. 320). Da mesma forma, podem-se criar modelos de qualquer outro fenômeno, entretanto, isso não significa dizer que os fenômenos são em consequência disso sistemas de processamentos de informações.

Dissemos, então, que a computação não é intrínseca a física, e sim atribuída a ela. Acrescentamos que, quanto ao cérebro, é falso dizer que ele seja um dispositivo de processamento de informações, se considerarmos a informação no sentido em que é empregada pela ciência da computação. Assumindo, portanto, essas afirmativas na seção seguinte serão discutidas a questão dos *frames* e como eles se relacionam com a IA forte.

### 3 Os *frames* como estruturas

No início do presente capítulo, citamos alguns aspectos referentes ao uso do conceito de *frame* na proposta de análise pragmática contextual vandijkiana. Apresentamos como ponto de partida a questão sobre a possibilidade de o conceito ou noção de *frame* não ser suficiente para explicar o surgimento e a previsão de atos de fala dentro de um determinado contexto. Queremos sugerir como problema que esse conceito restringe o aparecimento de atos de fala em um contexto inicial. Ou seja, ele oferece conhecimento suficiente apenas para se produzir um número ínfimo de atos de fala e, seguindo uma lógica convencional para sua

---

<sup>36</sup>- Grifo nosso.

produção. Também, o *frame* em seu conceito permite a execução de determinada ação, como atravessar uma avenida movimentada, por exemplo. Lembremos ainda, que o conceito de *frame* trabalhado no cognitivismo deriva da Inteligência Artificial forte, conforme conceituada por Searle, e apresentada por nós na seção anterior.

Decerto, atravessar uma avenida movimentada em segurança é uma tarefa que exige várias informações diferentes – observar o fluxo do trânsito, sinais luminosos, faixas de pedestres, entre outras – tais informações constituem o *frame*. Marvin Minsky, um dos maiores expoentes da IA, define esse conceito como “uma estrutura de informações para representar uma situação estereotipada” (MINSKY, 1975, p. 1)<sup>37</sup>. Para van Dijk (1992) o *frame* é como um “bloco” de conhecimento mais ou menos convencional.

Sendo assim, temos nas palavras de Minsky que a “essência da teoria”, para ambas as abordagens mencionadas acima, é que:

quando encontramos uma situação nova (ou acontece uma alteração substancial em nosso modo de ver o problema) selecionamos da memória uma estrutura chamada de *Frame*. Isto é, lembramos um quadro que pode ser adaptado para a realidade, alterando detalhes conforme necessário (MINSKY, 1975, p. 1)<sup>38</sup>.

Podemos expressar esse conceito de outra forma, na Inteligência Artificial ele surgiu como parte de uma teoria que propunha, entre outras coisas, que porções de conhecimento pudessem ser instaladas em computadores (robôs) para que estes pudessem realizar de forma satisfatória algumas ações corriqueiras do cotidiano humano, como por exemplo, atravessar uma avenida ou um jogar uma partida de xadrez.

Van Dijk, ao incorporar o conceito desenvolvido por Minsky (1975), não o altera mantendo a estrutura na qual o *frame* ou quadro é uma porção de conhecimento. E caracteristicamente pode ser descrito mais ou menos como um quadro, em que na parte de cima encontram-se as proposições sobre os fatos ou, proposições aceitas como verdadeiras sobre determinado assunto, e na sua porção inferior ficam os *slots* ou espaços vazios onde as informações complementares se encaixam para produzir um *frame* completo. Em uma

---

<sup>37</sup>-No original: A *frame* is a data-structure for representing a stereotyped situation (MINSKY, 1975, p.1).

<sup>38</sup> - No original: Here is the essence of the theory: When one encounters a new situation (or makes a substantial change in one's view of the present problem) one selects from memory a structure called a *Frame*. This is a remembered framework to be adapted to fit reality by changing details as necessary ((MINSKY, 1975, p. 1).

situação convencional ou institucional como em um julgamento, por exemplo, há uma sequência de *frames* como o *frame* de acusação, o de defesa, entre outros.

Estabelecendo-se assim, que os *frames* são blocos de conhecimento e nesses blocos estão previstas as possibilidades de atos de fala para a execução satisfatória de uma interação social, além de que os *frames* servem também como fontes de conhecimento, isto é, ao se cruzarem os *frames*, novos *frames* seriam construídos. Ou melhor, seriam ativados a partir da memória já que para eles – Minsky e van Dijk – nossos conhecimentos de mundo, nossas crenças e tudo o mais que constituem o *frame* já está armazenado na memória, sendo esses conhecimentos desordenados. Logo é a formação do *frame* que organiza estes conhecimentos de acordo com as necessidades conversacionais do momento.

Em todas as definições de *frame* que apresentamos nos capítulos anteriores e agora no quarto capítulo chegamos ao mesmo lugar, ou seja, o *frame* é uma unidade de conhecimentos e comportamentos que se adaptam a uma determinada situação. Acrescenta-se a isso mais um elemento, que seria a necessidade de que um conhecimento de mundo esteja presente, de forma desordenada, na memória e seja anterior ao *frame*. Temos por sua vez, que o próprio *frame*, ou a estrutura do *frame* está, também, armazenado na memória e que quando participamos de uma interação conversacional não ativamos nosso conhecimento de mundo, mas, ativamos um *frame*. Isto é, encontramos em nosso conhecimento de mundo proposições que aceitamos como verdadeiras sobre o tópico da conversação e complementamos com informações adicionais.

Dessa forma, para respondermos afirmativamente a questão dos *frames*, isto é, se são suficientes para explicar o surgimento e predição dos atos de fala em um determinado contexto. Seria necessário imaginar uma memória com várias informações contidas nela. Estas informações devem ser suficientes para que se estabeleça uma rede de *frames* interativos entre si e que possam ser ativados a partir de elementos presentes nas situações contextuais linguísticas e não linguísticas. Lembramos, também, que o contexto como modelo mental é basicamente um *frame*. Essas informações básicas seriam processadas e agrupadas em *frames* em uma velocidade extraordinária e, seguindo certa lógica espaço/temporal para confecção e ordenamento de tais *frames*. Consequentemente, aceitando essa possibilidade de resposta (afirmativa), nos levaria a aceitar também, a proposição de que o cérebro é um computador digital. E que a lógica de produção do *frame* e as possibilidades de seu uso seriam apenas um programa sendo executado no cérebro.

Alinhamos-nos à crítica searleana, para nós, a noção ou o conceito de *frame* não é suficiente para explicar o surgimento e predição dos atos de fala em um determinado contexto. Por que, precisaríamos conceber o cérebro como sendo um computador e que o processamento de informações na construção e interação dos *frames* não seria nada além de um algoritmo. Certamente que nossa posição leva em conta o conceito computacionalista de *frame*, ou seja, um quadro ou uma moldura fechado em si, fechado em um modelo de contexto convencional, fechado à possibilidade de respostas que difiram da convenção. Também, a lógica computacional de aplicação do *frame*, e a análise contextual pragmática vandijkiana, que não atende a uma possível quebra do *frame*.

Para maior compreensão dessa posição, seguiremos avaliando as evidências encontradas nos textos. No capítulo III, apresentamos detalhadamente uma série de análises segundo os pressupostos pragmáticos vandijkianos e agora podemos fundamentar nossa resposta negativa quanto a questão dos *frames* colocada anteriormente, destacando alguns pormenores relativos à análise citada.

#### **4 Sobre o capítulo III**

A análise contextual pragmática, apresentada no capítulo III, tem como objetivo explicitar o valor de adequação ou inadequação de um ato de fala produzido em um determinado contexto, tomando como base o conceito de *frame*. A análise pretende colocar os atos de fala em uma determinada situação e estabelecer as condições que determinam quais atos são adequados e em que situações ou contextos. O conhecimento dos falantes/ouvintes da linguagem permite-lhes colocar em funcionamento as regras pragmáticas quando participam em uma interação linguageira, relacionando suas interpretações sobre o que está acontecendo no evento comunicativo com as características sociais do contexto. Segundo van Dijk (1992), o contexto aqui mencionado exerce função de relevância, isto é, é analisando o contexto que os usuários da língua podem relacionar as informações recebidas da situação com o conhecimento linguístico geral, além de outros conhecimentos arquivados na memória. Como já vimos o conceito de contexto vandijkiano é relativo a um modelo mental, o que, em última análise o torna um tipo de *frame*.

A fim de exemplificar um aparato teórico movido em prol da análise pragmática contextual, como vimos anteriormente, van Dijk oferece um ato de fala para verificação:

“posso ver seu tíquete, por favor?” e sugere um contexto para o qual ele seria aceito como uma solicitação, de maneira satisfatória. Isso ocorre, segundo ele, não apenas em razão da estrutura do enunciado, como também pela satisfação da estrutura social.

No entanto, queremos dizer sobre isso que a estrutura social, embora importante, não tem grande relevância sobre o fato de o ato de fala ser uma solicitação. Pois, a estrutura social ou o conhecimento de mundo do falante o permite ativar certos *frames* que podem ser diferentes do ouvinte. Pode-se dizer então, que o que há de comum entre falante e ouvinte é a situação ou o contexto de aparição do ato de fala. Considera-se também que ambos estejam inseridos em uma língua comum. O exemplo de van Dijk funciona preferencialmente quando falante e ouvinte participam do mesmo *frame*, que possuam conhecimento de mundo parecido, pois assim, a resposta ao enunciado corresponderá com as expectativas do falante, sendo, conseqüentemente previsíveis em determinado contexto. A questão é em uma interação comunicativa na qual, os interlocutores estejam em estruturas sociais diferentes as respostas podem não se adequar ao *frame*, ou melhor, podem não ser previsíveis. No entanto, a estrutura da língua permite que a interação comunicacional aconteça. Isto é, se em sua estrutura o enunciado não deixa dúvidas sobre ele ser uma solicitação. Mesmo que o ouvinte não conheça o significado da palavra “tíquete”, por exemplo, ou que não tenha conhecimento (*frame*) de “fiscalização de tíquetes” em transporte público, haja vista, que o *frame* é culturalmente dependente. Ainda assim, o ouvinte poderá identificar o ato de fala como uma solicitação, devido a sua estrutura sintática, tom e velocidade da voz, entre outros. Desta forma, a resposta pode não ser apresentar o tíquete, mas perguntar o que é um tíquete?

Outro ponto que van Dijk distingue em sua análise refere-se à afirmação de que apenas os ouvintes que conheçam as informações contextuais poderão julgar sobre a validade do ato de fala e, atendê-lo. Isso implica que, tanto falante quanto ouvinte compartilhe do mesmo *frame*, ou seja, possuem e ativam na memória a mesma unidade de conhecimento, reconhecendo cada um para si o papel social que o *frame* lhes atribui, no caso, do exemplo de fiscalização de *frames*, fiscal e fiscalizado

Por ato válido, entendemos aquele que suscita uma resposta do ouvinte, sendo que a resposta possa atender a expectativa do falante ou não. Por exemplo: imaginemos a seguinte situação: Um homem com destino a cidade X deixa sua cidade natal Y no interior do país, devendo passar pela cidade intermediária Z. Na cidade Y não existe transporte público que exija a apresentação de tíquetes para realizar as viagens. Conseqüentemente, esse homem não

possui o *frame* “fiscalização de tíquetes”. Ao chegar à cidade Z, ele deverá realizar o restante da viagem de trem. Na estação ele compra um bilhete que lhe permitirá embarcar no trem e seguir para a cidade X. No interior do trem este homem houve um ato de fala que diz o seguinte: “Posso ver seu tíquete, por favor?”, o falante é um passageiro sentado ao lado do ouvinte. Mesmo sem conhecer o *frame* e suas convenções, o ouvinte não tem dúvidas que se trata de uma solicitação.

Também, os elementos contextuais não ativam em sua memória o *frame* adequado, pois, a construção do *frame* exige informações anteriores a ele e, essas o ouvinte não possui por ser essa sua primeira experiência em um *frame* de fiscalização de tíquetes. Ainda assim, o ouvinte é capaz de atender a solicitação, pelo menos de duas maneiras, afirmativa ou negativamente. Quanto ao fato de o falante não ser um fiscal de tíquetes devidamente uniformizado, é irrelevante, pois, o ouvinte não tem conhecimento do *frame*, ou do contexto como modelo mental, portanto, não pode prever os atos de fala atuais e futuros e/ou possíveis dentro do *frame*, tampouco elementos contextuais como um fiscal uniformizado.

Isso se explica, em parte, porque o *frame* conforme caracterizado nesses capítulos é um bloco de conhecimento mais ou menos fechado, não suportando em sua estrutura convencional a produção de todos os possíveis atos de fala e de comportamentos oriundos de *frames* diferentes, dentro de um mesmo contexto.

Consequentemente pode-se afirmar que um evento comunicativo bem sucedido não é inteiramente baseado em *frames*, pois nem sempre é possível pressupor que falante e ouvinte compartilhem de conhecimentos prévios sobre o contexto ou situação do ato de fala e que sejam capazes de ativar *frames* compatíveis na memória de ambos.

O exemplo de análise do ato de fala “posso ver seu tíquete, por favor?” deveria prever e aceitar uma resposta negativa por parte do ouvinte, não por desrespeito à autoridade do falante no exercício de sua função de fiscal, mas, por ignorância das regras por parte do ouvinte. Ou seja, uma resposta negativa não poderia ser considerada como incoerente ou inadequada.

Em síntese, o *frame* como um bloco de conhecimento não admite que o ouvinte não tenha conhecimento suficiente para responder adequadamente à solicitação do fiscal. O *frame* não prevê uma resposta negativa. Isso pode induzir o analista para uma conclusão parcial. Ou seja, que o ato de fala só será reconhecido, respondido e aceito pelo ouvinte como uma solicitação, após este analisar o contexto de produção ativar seus conhecimentos de mundo,

organizá-los em *frames* e, então, julgar o ato de fala como adequado, apenas se esse fizer parte das convenções do *frame* e se o *frame* for comum para falante e ouvinte.

O que dissemos aqui sobre o exemplo que aparece em van Dijk (1992) serve também, para os outros exemplos de análises que apresentamos no capítulo III. Sendo assim, no exemplo: (a) “Um texto piada” destaca-se como relevante o fato que se estiver faltando alguns dos traços contextuais, segundo a proposta de análise vandijkiana, a adequação do ato de fala em sua função pragmática estará comprometida. Isto é, caso o texto piada fosse publicado em uma página policial, haveria uma quebra de *frame*, porque o leitor/ouvinte ao procurar as páginas policiais para leitura teria uma expectativa diferente em relação ao texto. Certamente, esperaria encontrar informações referentes às ações policiais e não anedotas.

Embora, tal situação possa causar certa estranheza momentânea no ouvinte/leitor, pois, nesse exemplo o falante e o ouvinte se encontrariam em *frames* diferentes, possivelmente, o ouvinte terá condições de julgar o ato de fala como adequado ou não, mesmo não compreendendo com clareza o significado que o falante buscou imprimir em sua fala. Isto é, caso a intenção do falante/escritor ao introduzir em seu texto policial, um chiste, tenha sido satirizar ou ironizar as ações dos policiais. Entretanto, o ouvinte/leitor pode considerar essa publicação como um desacato ou uma afronta aos policiais no exercício de seus trabalhos. Logo, se falante/escritor e ouvinte/leitor partilharem de opiniões – ou ativarem *frames* parecidos – sobre as ações diárias de policiais, o ato de fala poderá ser considerado como adequado pelo ouvinte, e inadequado se tiverem opiniões divergentes – ou ativarem *frames* discordantes.

Podemos estender esta mesma análise para os outros exemplos apresentados no capítulo III (b), (c), (d) e (e), em relação aos dados que compõem o contexto inicial dos atos de fala. Em todos os casos analisados a falta ou a modificação dos componentes contextuais resulta em inadequação dos atos de fala, segundo a análise vandijkiana.

Van Dijk (1992), não conjectura sobre a quebra do *frame*, ele não admite que o contexto como modelo mental possa fornecer elementos que produzam uma resposta não convencional, certamente, não estamos diminuindo a relevância do contexto para uma análise pragmática, o que estamos defendendo é que o contexto de interação comunicacional pode produzir atos de fala diferentes, divergentes e, também, convencionais ou rituais e não prioritariamente estes últimos.



## 5 Sobre o capítulo II

Nesta seção nos ocuparemos em comentar o capítulo II que trata de uma análise dos atos de fala, segundo a teoria searleana. Buscaremos estabelecer uma conexão crítica entre esta teoria, a finalidade de sua análise e a noção de contexto vandijkiana, discutida nas seções anteriores.

Notemos que a proposta de análise em van Dijk (1992) tem por finalidade classificar o ato de fala, pragmaticamente, como adequado ou inadequado a partir de seu contexto inicial, ou de produção. Enquanto que os trabalhos de Austin e Searle apontam para uma análise, cujo objetivo mais geral é classificar os atos de fala como felizes ou infelizes, relativamente quanto ao tipo de força ilocucionária, classificando-os em categorias, tais como a dos assertivos, diretivos, compromissivos, expressivos e, por fim, dos declarativos.

Austin (1962) fala sobre condições de satisfação dos atos de fala (essas condições são desenvolvidas em Searle (2009), na concepção austiniana a satisfação das condições determina a felicidade ou infelicidade dos atos de fala. Essas condições combinam as intenções do falante com as convenções sociais em graus diferentes. Sendo que das práticas sociais originam-se as intenções. As convenções sociais podem ser notadas nas suas relações com a condição de satisfação do ato de fala, devido a que os falantes seguem regras, hábitos, entre outros. Essas regras convencionais são, também, o parâmetro para avaliar o fracasso ou sucesso do ato de fala, isto é, respectivamente, se rompem as regras ou não.

Não nos alongaremos mais com a teoria dos atos de fala, entretanto, sugerimos para discussão que o objetivo da teoria dos atos de fala não se diferencia substancialmente do objetivo da teoria pragmática contextual de van Dijk.

Van Dijk disse algures que se inspirou na teoria dos atos de fala e, também, na inteligência artificial e na psicologia cognitivista. Observamos que a partir das ciências da computação, van Dijk deu desenvolvimento ao conceito de *frame* e de contexto, sendo que ambos se confundem, teoricamente, em apenas um, visto que, o contexto como modelo mental é um tipo de *frame*. Embora, van Dijk não se expresse afirmativamente, quanto à possibilidade de a noção de contexto ser complementar a teoria dos atos de fala, hipoteticamente dizemos que sim. Uma vez que, ele aceita que essa teoria é uma de suas fontes de inspiração e, segundo os críticos é justamente uma noção de contexto que falta a ela.

Conforme notamos, a proposta searleana encontra sua principal crítica em Vanderveken (1999) que, basicamente, afirma que a teoria dos atos de fala não contempla, ou não dá a importância merecida ao contexto, quando examina a produção dos atos de fala. O autor faz críticas relativas à questão de que a definição e a análise dos atos de fala estar centrado basicamente sobre o falante, ou seja, os atos de fala são examinados sem levar em consideração o contexto mais amplo da interação comunicacional.

Por sua vez, van Dijk propõe um trabalho com base no conceito de *frame* que, a partir do contexto, busca identificar o tipo de ato de fala e oferecer condições de o ouvinte tecer considerações sobre a adequação do ato de fala em relação ao contexto de sua produção. Entretanto, não acreditamos que a noção de *frames* seja suficiente para realizar essa tarefa. Justificamos essa posição dizendo que, a interação dos *frames* de conhecimento de mundo não é capaz de formar um novo *frame* que dê conta de explicitar, pelos elementos presentes no contexto, as condições necessárias para o ouvinte deliberar sobre a adequação do ato de fala. Em outras palavras, um ouvinte que se encontra presente em um contexto inédito, não tem conhecimento para julgar sobre a adequação do ato de fala convencional. Isto é, uma pessoa que desconheça os rituais católicos, por exemplo, não poderá precisar sobre a adequação dos atos de fala produzidos nesse contexto determinado.

Também, vimos na seção anterior que o *frame* como modelo na memória não é capaz de explicar o surgimento de um ato de fala que cause uma quebra no *frame* constitucional. Em parte, isso acontece porque van Dijk se inspira nas ciências computacionais para desenvolver o conceito, conservando certa rigidez característica da noção de *frame*.

Podemos dizer ainda, que os objetivos de ambas as teorias (vandijkiana e searleana) convergem para uma classificação do ato de fala. Isto é, van Dijk propõe uma análise contextual onde o ouvinte, ao fim das contas, julga como adequado ou inadequado um ato de fala produzido em determinado contexto. Conforme apresentamos no capítulo III são as informações contextuais que, organizadas na forma de *frames*, estabelecem o juízo de adequação e a possibilidade de produção dos atos de fala. Logo, é através de uma análise contextual que o ouvinte terá condições de concluir se determinado ato de fala é uma pergunta, uma solicitação, uma ordem, um incentivo, um oferecimento de ajuda, entre outros e, terá condições de respondê-lo satisfatoriamente, enquanto, na teoria dos atos de fala temos que falar é realizar um ato, a fala é um tipo de ação humana e é usada para criar ou descrever coisas no mundo, os atos de fala servem para se fazer uma afirmação, uma promessa, uma

solicitação, um pedido, ou explicar conceitos científicos, por exemplo. Esses atos recebem a denominação de atos ilocucionários, eles possuem uma finalidade, uma direção de ajuste e condições de sinceridade, todos esses elementos fazem parte das condições de satisfação.

Searle apresenta uma taxonomia, em que elenca as categorias nas quais se podem classificar os diferentes tipos de atos de fala. Considera-se, ainda, que boa parte dos atos de fala são atos indiretos, isto é, quando o falante, em um enunciado quer significar mais do que realmente diz, ou seja, o falante realiza um pedido através de um ato de fala que significa literalmente uma pergunta (veja capítulo II).

A explicação para isso, ou seja, para a felicidade do ato indireto, é que alguns atos de fala são parcialmente institucionalizados, mas, para serem considerados como atos felizes, é necessário observar as condições gerais de satisfação, quais são, condições de conteúdo proposicional (finalidade ilocucionária), condições de sinceridade. Além de que falante e ouvinte devam partilhar informações linguísticas e não linguísticas, além de capacidades racionais e de inferência. Precisa-se, portanto, da teoria dos atos de fala, dos princípios de conversação cooperativa e da informação de base compartilhada.

Observa-se que, mesmo não mencionando diretamente o termo contexto, ou melhor, não apresentando um conceito para esse termo, Searle não o descarta. O ato de fala indireto ou os declarativos demandam um contexto mais ou menos convencional, aquilo que (van Dijk caracteriza como um *frame*), pois, um declarativo, por exemplo, “Eu vos declaro marido e mulher”, para que seja bem sucedido, depende de determinada situação ou circunstâncias apropriadas. A felicidade desse ato implica conhecimentos linguísticos e extralinguísticos e instituições sociais como a Igreja ou o Estado, entre outros. Se faltar um elemento contextual, por exemplo, se o falante não for um padre ou um juiz no exercício de suas funções, o ato de fala será considerado falho ou infeliz.

## **6 Sobre atos de fala indiretos**

Nesta seção, destacaremos que o *frame* funciona como indicativo do tipo de ato de fala produzido em um contexto. Temos que os exemplos vandijkianos representam atos de fala indiretos, como veremos a seguir. Diremos também, que o *frame* como construção conceitual é prescindível, no que se refere a estabelecer o tipo de ato de fala. Pois, a Teoria dos Atos de

Fala (1969) já apresenta uma explicação plausível para o surgimento e a compreensão desses tipos de atos.

Primeiramente, destacaremos que, conforme o capítulo III desta pesquisa, van Dijk atribui grande valor aos *frames* enquanto representantes de situações convencionais ou institucionais, ou o que ele chama, contexto geral. O contexto geral é dividido em tipos, sendo assim, cada usuário da língua deve avaliar algumas informações contidas neste contexto geral, entre elas o tipo específico, ou seja, “o *frame* do contexto posto em relevância, as propriedades/relações das posições sociais, as funções e os membros envolvidos” (VAN DIJK, 1992, p. 84). Para exemplificar seu ponto de vista o autor oferece para análises dois tipos de atos de fala, quais sejam, “Posso ver seu tíquete, por favor?” e *Deixe-me levar sua bagagem?* Podemos notar que são atos de fala indiretos. Ou seja, cada uma dessas frases apresenta um propósito primário e não literal de pedido, no entanto, o que as sentenças expressam são literalmente o propósito ilocucionário secundário, elas são perguntas. Van Dijk não menciona em seus textos que sua análise trate especificamente dos atos de fala indiretos, no entanto, apresenta situações contextuais nas quais esses enunciados são entendidos como solicitações. A questão<sup>39</sup> é (reescrevo-a da seguinte forma) como é possível para o falante querer significar um pedido quando realiza um ato de fala que literalmente é uma pergunta. Ou seja, como o ouvinte passa do propósito secundário literal para o primário e entende que a pergunta é um pedido. Van Dijk não se propõe a responder diretamente esta questão, mas, como podemos notar no capítulo III, ele entende que é através dos *frames* e das relações entre eles que o ouvinte chega à compreensão satisfatória de que os enunciados, citados acima são solicitações. Em outras palavras, van Dijk desenvolve um aparato teórico tendo como base, notadamente o conceito de *frame*<sup>40</sup> a partir de 1977, para explicar, principalmente, como os usuários da língua reconhecem que enunciados como “Posso ver seu tíquete, por favor?” ou *Deixe-me levar sua bagagem?* funcionam como pedidos.

Em relação à anterioridade da teoria dos Atos de Fala, temos que em Searle (2002a), capítulo 7, *Os atos de fala e a linguística recente*, o autor apresenta críticas a John Ross “especificamente ao artigo ‘On Declarative Sentences’, Ross, 1970” (SEARLE, 2002a, p.252). E crítica também, por motivos semelhantes, a “abordagem por postulados conversacionais no estudo dos atos de fala indiretos, (...) de David Gordon e George Lakoff

<sup>39</sup>- A questão está apresentada literalmente em SEARLE, 2002a, p. 269.

<sup>40</sup>-“Uma discussão mais ou menos crítica sobre a concepção de *frames* e as suas relações com as macroestruturas semânticas é dada em van Dijk (1977c)” (VAN DIJK, 1992, p.98). A obra citada é VAN DIJK, T.A. *Text and context*, Londres, Longman, 1977.

intitulada ‘Conversational postulates’ (1971)” (SEARLE, 2002a, p. 252). O filósofo afirma que

Ambas (abordagens) – embora por vias bem diferentes – cometem o mesmo erro de postular uma explicação excessivamente poderosa para dar conta de certos fatos, quando já existe uma teoria dos atos de fala independentemente motivada que dá conta dos mesmos fatos (SEARLE, 2002a, p. 252).

De certa forma, podemos estender para van Dijk a crítica searleana, isto é, que van Dijk comete o erro de postular uma explicação para um fato já explicado. Neste caso, a teoria dos atos de fala já apresenta uma resposta para a questão da compreensão dos atos de fala produzidos em diferentes situações e trata inclusive dos atos de fala indiretos. Diz Searle,

o aparato necessário para que o ouvinte faça a inferência inclui uma teoria dos atos de fala, uma teoria conversacional, informações fatuais de base e capacidades gerais de racionalidade e inferência. Cada um desses elementos é independentemente motivado, isto é, temos evidências, razoavelmente independentes de qualquer teoria dos atos de fala indiretos, de que o ouvinte e o falante dispõem desses traços de competência linguística e cognitiva (SEARLE, 2002a, p. 275).

Dessa forma, o ouvinte poderá definir sobre a maioria dos tipos de atos de fala indiretos, como solicitações, promessas, entre outros. Também, porque em parte, os atos de fala indiretos guardam uma relação próxima com convenções de fineza, ou de bons modos nas relações humanas. Como podemos perceber nas palavras de Searle, “A principal motivação – embora não a única – para uso dessas formas indiretas é a polidez” (SEARLE, 2002a, p. 78), podemos citar o enunciado “Pode passar-me o sal, por favor? como exemplo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, buscou-se estabelecer um diálogo crítico entre posições teóricas distintas. Nosso trabalho ficou em torno de alguns conceitos que consideramos como básicos para marcarmos os pontos de vista de dois autores que são respeitados mundialmente, e ainda, podem ser avaliados como “atuais” em seus paradigmas. Embora, seus textos tenham sido produzidos, principalmente, nas décadas de 1960/70/80.

Neste trabalho, levantamos alguns questionamentos ou especulações referentes a um possível cruzamento entre as abordagens searleana e vandijkiana. Para isso, focamos, principalmente, a questão da suficiência ou não da noção de *frame* para explicar os atos de fala que, de alguma forma, quebrem a estrutura convencional do contexto. Para essa questão nossa resposta foi negativa. Sugerimos, também, que a teoria dos atos de fala prescindir da noção de *frame* compreendido por contexto como modelo mental, pois a teoria dos atos de fala já apresenta uma categorização e uma classificação promissora desses atos. E, mesmo Searle não delimitando um conceito de contexto, ele não ignora a importância deste para a compreensão dos atos de fala. Embora, isso justifique, mas não o exima das críticas direcionadas a ele, principalmente as de Vanderveken, conforme foi discutido nos capítulos precedentes.

Também, encontramos em Searle, (2002, p. 79), indicações sobre outras teorias e essas, em conjunto com a teoria dos atos de fala, seriam capazes de fornecer uma base sólida para a compreensão dos atos de fala, principalmente dos atos de fala indiretos. Sendo assim, poderíamos imaginar (para o futuro), como uma tarefa teórico-empírica, a investigação das relações entre os “atos de fala” os “princípios de conversação cooperativa” e a “informação de base compartilhada”. Almejando explicitar como essas teorias e noções contribuem para a compreensão da pragmática da fala. Essa possibilidade de articulação teórica foi sugerida por Searle (2006). O autor, entretanto, não entra em detalhes que possam ser úteis, metodologicamente, para uma possível pesquisa.

Ao longo das leituras que motivaram a confecção desta pesquisa, pudemos observar que a comunicação humana acontece dentro de um estado de coisas, situações que possibilitam a produção da fala, desencadeando discursos os mais diversos. O contexto sociocultural, o conhecimento de mundo e as inferências semânticas constroem as bases

pragmáticas para a compreensão dos atos de fala. Esses atos de fala, tomados como objetos de pesquisa, são elementos que possibilitam a criticabilidade, ou seja, se prestam à crítica e esta pode aumentar o interesse pelo assunto dando margens a debates construtivos.

Esta empreitada nos guiou até as publicações de van Dijk. Encontramos nelas uma pesquisa laboriosa voltada para as análises contextuais, cujo conceito ou noção de contexto em termos de *frame* tem importância central. Ao investigarmos os *frames*, sua constituição e funcionamento, deparamo-nos com uma possibilidade de questionamento, cujo foco seria explicitar se o *frame* é capaz de explicar satisfatoriamente o fenômeno dos atos de fala. Isto é, a conceituação de *frame* abrange todos os atos possíveis dentro de um contexto, visto que o contexto pode ser conceituado como um modelo mental, o que em última análise o transforma em um tipo *frame*.

Esta foi a questão inicial que motivou este trabalho, nos capítulos I e III apresentamos o conceito de *frame* investigando e discutindo sua origem na Inteligência Artificial e, também, a maneira como van Dijk o desenvolve, relativamente à noção de contexto. Sendo assim, o *frame* propicia a análise pragmática do contexto, no qual surge o ato de fala. Conceituar o ato de fala se tornou indispensável visto que, para o linguista, ele é convencional e produzido em um determinado contexto. Encontramos ainda, em seus textos, que van Dijk se inspirou na teoria dos atos de fala e na psicologia cognitiva para desenvolver seus conceitos e noções.

Investigando os escritos searleanos, encontramos que, juntamente com Austin (1962), ele apresenta uma conceituação satisfatória do ato de fala e uma metodologia de análise, exploramos essa possibilidade analítica no capítulo II. Inevitavelmente, há um choque de teorias, pois, Searle é um crítico da Inteligência Artificial forte, ou seja, aquela que ele classifica como Forte, pois, essa defende que o cérebro seja um computador digital e a mente um programa que realiza processamento de informações. A consequência disso é que conceitos como aquele de processamento de informações e *frames* tornam-se criticáveis, considerando o uso que van Dijk atribuiu a eles.

Após uma aproximação das duas teorias nos decidimos por responder a questão inicial, ou seja, a hipótese apresentada no início deste trabalho, negativamente. Isto é, o conceito de *frame*, conforme proposto por van Dijk (1992) não é capaz de explicar e prever atos de fala possíveis dentro de um contexto, ou de um *frame*.

O debate está aberto, o tema não se esgotou, esta jamais foi nossa intenção. Ao fim das contas, deparamo-nos com várias perguntas, como por exemplo se a solução apresentada por Vanderveken para o problema da falta do contexto na teoria searleana seria viável e daria conta desse problema. Também, as críticas elaboradas por Vanderveken têm um alcance maior, isto é, chega até o conceito de ato de fala? Será que os cognitivistas estão certos ao defender que o cérebro é um órgão que processa informação como uma consequência biológica? Nossa Memória é organizada de forma a que os traços contextuais parecidos se agrupem em unidades de conhecimento? Se sim, como explicar o aparecimento de atos de fala inadequados? Se não, se Searle tem razão e nós também, uma vez que nos alinhamos com ele, como explicar o caráter de infelicidade dos atos de fala, ou melhor, a sua imprevisibilidade?

De certa forma, a complexidade aumenta, pois, investigar um processo, como é o caso da relação entre atos de fala e contexto, exige uma compreensão da simultaneidade entre os dois conceitos na dinâmica dos acontecimentos. Surge para nós a possibilidade de temas para pesquisas futuras. O ponto de partida para elucidação das questões recebidas no parágrafo anterior pode ser por sugestão, intencional ou não, do próprio Searle, pois, segundo ele, de uma aproximação entre os atos de fala, os princípios de conversação cooperativa e a informação de base compartilhada, surgiria uma explicação satisfatória para os atos de fala em um viés pragmático.

Logo, podemos dizer que o exercício da crítica à medida que também é um diálogo entre teorias colabora para o enriquecimento do conhecimento, pois, nos proporciona panoramicamente, uma visão sobre o conhecimento que o apresenta como um todo, complexo, onde as teorias interagem entre si, surgidas nos mais variados contextos culturais. Assim, pesquisar os trabalhos de dois dos maiores autores contemporâneos, como é o caso de van Dijk e Searle nos arremete para a compreensão do mundo, longe de ser fragmentário, do conhecimento.



## REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. *How to Do things with words*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1962.
- AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de Gramática do Português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- HALLIDAY & HASAN, R. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford university Press, 1989.
- LAKOFF, G. *Women, Fire, and Dangerous Things What Categories: Reveal about the Mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*, 3ª ed.. São Paulo: Cortez, 2004.
- MARCONDES & JAPIASSU. *Dicionário básico de filosofia*, 3ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- MARCUSCHI, L. A. *Linguística de Texto. I Curso de Especialização em Leitura, Produção e Avaliação Textual (apostila)*. Recife, 2005.
- MINSKY, M. *A Framework for Representing Knowledge*. MIT-AI Laboratory Memo 306, June, 1974. Reprinted in *The Psychology of Computer Vision*, P. Winston (Ed.), McGraw-Hill, 1975. Shorter versions in J. Haugeland, Ed., *Mind Design*, MIT Press, 1981, and in *Cognitive Science*, Collins, Allan and Edward E. Smith (eds.) Morgan-Kaufmann, 1992 ISBN 55860-013-2]. Disponível em: <http://courses.media.mit.edu/2004spring/mas966/Minsky%201974%20Framework%20for%20knowledge.pdf> Acessado em Outubro de 2015.
- SEARLE, John R. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SEARLE, John R. *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos da fala*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.

SEARLE, John R. *Intencionalidade*. Trad. Júlio Fischer e Tomás Rosa Bueno. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VAN DIJK, T. A. *Estructuras y Funciones Del Discurso*. 10ª ed. México: Siglo XXI, 1996.

VAN DIJK, T. A. *La ciencia del texto*. 2ª ed. Barcelona: Paidós, 1992a.

VAN DIJK, T. A. *La noticia como discurso*. Barcelona: Paidós, 1990.

VAN DIJK, T. A. *Context and language. Discourse and context: a socio-cognitive approach*. Cambridge University Press, 2008

VAN DIJK, T. A. *Texto y contexto*. Madrid: Catedra, 1980.

VAN DIJK, T. A. *Cognição, Discurso e Interação*. São Paulo: Contexto, 1992.

VANDERVEKEN, D. *O que é uma força ilocucional?* In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas: IEL-UNICAMP, n. 9, p. 173-194, 1985.

VANDERVEKEN, D. *Illocutionary logic and discourse typology*, Cahiers d'epistemologie: Université de Québec à Montreal, n.263, 1999.